

20 de Fevereiro 2017
 Segunda-Feira
 Semanário - Ano 2
 Nº 47 / kz 400
 Director-Geral
 Evaristo Mulaza

Importações quedam 24%

As importações marítimas recuaram 24,74% para 1,436 milhões de toneladas, indicam dados do boletim do Conselho Nacional de Carregadores, referentes ao terceiro trimestre do ano passado. A Nova Cimangola liderou os importadores com 280 mil toneladas **Pág. 10**



Mário Mujetes © AE

NÃO-RESIDENTES CAMBIAIS

BNA dita novas regras

Há novidades na movimentação de contas bancárias em moedas nacional e estrangeira por não-residentes cambiais. As contas em divisas podem ser movimentadas, com débitos para pagamentos de compromissos financeiros no país, mas o cliente vai receber do banco o dinheiro em kwanzas. As contas podem também ser creditadas com fundos provenientes do exterior. **Pág. 14**

ATÉ AO III TRIMESTRE DE 2016

Despesa Pública de Desenvolvimento executada em apenas 24%



Mário Mujetes © AE

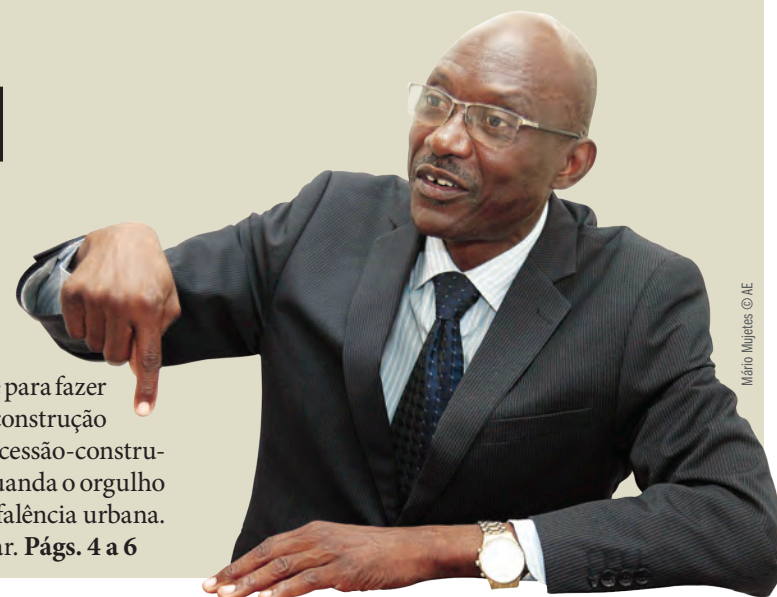
PND. Balanço dos primeiros nove meses do ano passado indica que a execução da despesa pública de desenvolvimento foi seriamente afectada pela crise económica e financeira. Dos 1.268,75 mil milhões de kwanzas orçamentados, foram aplicados pouco mais de 24%, até ao terceiro trimestre, o equivalente a 305,04 mil milhões de kwanzas, segundo dados compilados num relatório do MPDT. **Págs. 8 e 9**

1.º MALANJE: 70% 2.º KWANZA-NORTE: 57,95% 3.º CABINDA: 32,29% 7.º LUANDA: 15,25%

ALERTA O ENGENHEIRO CIVIL ANTÓNIO VENÂNCIO

“Luanda entrou em falência”

O especialista considera-se o “mais corajoso”, quanto à disponibilidade para fazer críticas. Por isso, enumera os “vários erros” cometidos no processo de construção de estradas, alertando para a necessidade de mudança do modelo ‘concessão-construção’. Sobre a capital, é peremptório: “todos os que tentarem fazer de Luanda o orgulho dos angolanos vão cair numa quimera”, porque a cidade entrou em falência urbana. Diz também que o Plano Metropolitano de Luanda não vai funcionar. **Págs. 4 a 6**



Mário Mujetes © AE

Moedas **AKZ** **USD** 166,7 Kz (+0) ▲ **EUR** 176,9 Kz (-1,8) ▼ **LIBRA** 208,1 Kz (+0) ▲ **YUAN** 24,2 Kz (+0) ▲ **RAND** 12,6 Kz (+0,2) ▲



DIGITOS & NÚMEROS

Contabilidade & Consultoria Fiscal

Descarregue a App

Visite o website: www.valoreconomico.co.ao



PERGUNTAS

Os dados preliminares da execução da despesa pública de desenvolvimento (DPD) em 2016 relembram a gravidade com que a crise económica e financeira afectou os recursos ordinários do tesouro. O relatório do Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial sobre a execução do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND 2013-2017) até ao terceiro trimestre de 2016 indica que, dos 1.268,57 mil milhões de kwanzas destinados à despesa pública de desenvolvimento no ano passado, foram aplicados apenas 305,04 mil milhões de kwanzas, o equivalente a pouco mais de 24%. A despesa pública de desenvolvimento é repartida em despesa de investimento público (essencialmente aquela que é destinada à execução das infra-estruturas públicas) e despesa de apoio ao desenvolvimento (a que se destina, por exemplo, ao desenvolvimento do sector privado). Qualquer uma das rubricas não foi além dos 26%, em termos de execução, no conjunto dos primeiros nove meses de 2016, o que quer dizer, à partida, que os resultados definitivos, incluindo a performance do último trimestre, devem ficar significativamente abaixo do projectado.

Comparada ao desempenho nos dois primeiros anos de implementação do PND (2013 e 2014), a execução da despesa pública de desenvolvimento em 2016 chega a causar calafrios. Em termos nominais, em 2013, por exemplo, a execução da DPD atingiu 1.521,99 mil milhões de kwanzas, crescendo 10% no ano seguinte para os 1.679,81 mil milhões. Em 2015, apesar da derrapagem de cerca de 59%, face a 2014, a execução nominal ficou em 685 mil milhões de kwanzas, o que significa que deve superar o desempenho global de 2016.

A leitura mais curiosa da performance da despesa pública de desenvolvimento ocorre, no entanto, quando olhamos para o desempenho individual de cada província. As diferenças no grau de execução são estranha e extremamente alarmantes. Malanje lidera com uma implementação de 70,42%. Dos 34,10 mil milhões de kwanzas orçamentados aplicou 24,01 mil

milhões no período em análise. Kwanza-Norte, ainda que à distância, ficou-se acima da média com uma execução de 57,95%. Aplicou 14,62 mil milhões de kwanzas dos 25,22 mil milhões planificados. Na faixa dos mais de 30% está apenas a província de Cabinda, acompanhado pela Estrutura Central (32,29% e 31,16% respectivamente). No outro extremo, colocam-se Cunene (com 0,26% de execução), Lunda-Sul (0,77%), Lunda-Norte (2,28%) e Namibe (2,90%). A pergunta que imediatamente ocorre é óbvia: como se explica que, a propósito do mesmo programa, concebido como um todo nacional, há províncias com grau de cumprimentos de 70% e outras com desempenho quase nulo? O Relatório não responde propriamente a esta questão, o que deixa margens para algum exercício de especulação. Desde logo, porque a crise económica e financeira não explicará, de forma completa, essas discrepâncias, sobretudo porque estão em causa em igual estágio de desenvolvimento, logo com as mesmas necessidades de investimento. O que se terá passado então? Algumas províncias terão recebido os recursos financeiros orçamentados e outras não? Ou uns terão simplesmente falhado? São algumas das várias perguntas que, por ora, ficam sem respostas, mas que terão de ser dadas necessariamente.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral:

Evaristo Mulaza

Directora-Geral Adjunta:

Geralda Embaló

Editor Executivo: António Nogueira

Editor gráfico: Pedro de Oliveira

Redacção: António Miguel, Edno Pimentel, Isabel Dinis, José Zangui, Martins Chambassuco, Nelson Rodrigues e Valdimiro Dias

Fotografia: Manuel Tomás, Mário Mujetes e Santos Samuesseca

Secretária de redacção: Rosa Ngola

Paginação: Francisco de Oliveira, João Vumbi e Edvandro Malungo

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló

Colaboradores: Cândido Mendes, Mateus da Graça Filho

Produção gráfica: Notiforma SA

Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda

Tiragem: 4.000 **Nº de Registo do MCS:** 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:

Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

Assistente da Administração: Mariquinha Rego

Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Arieth Lopes, Geovana Fernandes
comercial@gem.co.ao, **Tel.:** +244941784790-(1)-(2)

Nº de Contribuinte: 5401180721;

Nº de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade,
Luanda/Angola, Telefones: +244 222 320510,
222 320511 Fax: 222 320514

e-mail: administracao@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



Francisco Paulo

Investigador do CEIC/UCAN

O BNA tem vindo a denunciar fragilidades em vários bancos, desde a liquidez aos níveis de capitais próprios. Considera que o processo de fusões e aquisições seja a solução para estes bancos? É, sim, provável que se verifique mais aquisições ou mesmo fusões, no mercado bancário nacional. Tudo vai depender das estratégias de cada instituição e do desenvolvimento do sector. O sector precisa de instituições mais fortes e sólidas, com fundos próprios, o que se pode conseguir por meio de aquisições ou fusões.

Há, no mercado interno, bancos com capacidade de 'engolir' outros bancos?

É claro que os maiores bancos, em termos de activos e fundos próprios, podem comprar bancos com menor dimensão.

Com base nos indicadores de robustez dos bancos apresentados pelo BNA, acredita que há condições para a entrada de novos bancos?

Desde que estes bancos satisfaçam os requisitos legais e prudenciais e tenham condições de operarem, não vejo nenhum problema em que o Banco Central possa conceder-lhes as devidas licenças.

14
TERÇA-FEIRA
A taxa de inflação em Angola, a 12 meses, desceu em Janeiro para 39,6%, segundo dados INE. Os preços subiram de Dezembro para Janeiro mais 2,25%, em termos nacionais e 2,29%, em Luanda. Entre Janeiro e Dezembro de 2016, os preços subiram cerca de 42%, segundo os relatórios anteriores do INE.

15
QUARTA-FEIRA
A albufeira do Aproveitamento Hidroeléctrico de Laúca, no rio Kwanza, começa a encher na primeira quinzena de Março, levando 120 dias até à quota de produção, informou o ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, garantindo o início da produção de electricidade naquela barragem em Julho.

16
QUINTA-FEIRA
Portugal pretende ajudar Angola no aumento da produção agrícola e para melhorar os padrões de segurança alimentar. A intenção foi manifestada pelo ministro português da Agricultura, Floresta e Desenvolvimento Rural, Luís Capoulas Santos.



SEGUNDA-FEIRA

O Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) vai disponibilizar 1,8 milhões de dólares de apoio ao Programa de Apoio à Gestão Financeira do Ministério das Finanças, através do Serviço Nacional de Contratação Pública, anunciou o representante, em Angola, Septime Martins.

17
SEXTA-FEIRA
O Governo quer vender, nos próximos dois meses, cinco aeronaves, que se encontram avariadas no aeroporto de Luanda, tendo já nomeado uma comissão técnica para conduzir o processo. A decisão resulta de um despacho presidencial de 2016.



18
SÁBADO
A Sagres, cerveja portuguesa que começou a ser produzida em Angola, pretende atingir, em vendas, a mesma produção que detinha antes do início da crise económica de cerca de 353,5 milhões de hectolitros anuais. A meta foi avançada pelo administrador José Torres.



19
DOMINGO
Uma delegação do Banco de Desenvolvimento da China está de visita a Angola. O banco chinês financia cerca de 46% dos projectos chineses, em Angola, no valor de 1,5 mil milhões de dólares, segundo informação avançada pelo ministro das Finanças, Archer Manguera.



COTAÇÕES



'BLUES' DE FIM-DE-SEMANA PROLONGADO

Em véspera de fim-de-semana prolongado, as bolsas norte-americanas fecharam a corrigir os ganhos recorde da semana, restando a expectativa em relação ao anunciado "fenomenal" plano económico do presidente Donald Trump, que ainda não foi tornado público. Freio que afectou a Europa, com o CAC francês a registar as maiores perdas também devido ao sector bancário e à proximidade de eleições que apontam para uma vitória da candidata da extrema direita, Marine Le Pen.



Petróleo Brent	55,68	+0,03	+0,05%
Petróleo	53,25	-0,11	-0,21%
Gás Natural	2,848	-0,006	-0,21%
Ouro	1.239,35	-2,25	-0,18%
Prata	18,038	-0,036	-0,20%
Cobre	2,706	-0,013	-0,46%
Café Londres	2.149,00	+0,00	+0,00%
Alumínio	1.883,00	-20,25	-1,06%

PSI20 VALORIZA COM CAPITAL ANGOLANO

O índice bolsista português fechou no 'verde', +0,26%, e as maiores valorizações foram das cotadas que contam com o capital angolano, a Nós com +1,13% e o BCP +2,44%. Com o dólar em alta, os receios de que o 'stock' e de que os preços comecem a compensar a exploração de petróleo de xisto, o preço do barril de petróleo Brent ficou para os 55,59 dólares apesar do cumprimento dos cortes por parte da OPEP, com os investidores a duvidarem da capacidade de coesão do cartel.

Entrevista

ANTÓNIO VENÂNCIO, ENGENHEIRO CIVIL

“A malha rodoviária é um beco onde só cabem dois carros”

Engenheiro civil enumera o que chama de erros que estão na base da rápida degradação da malha rodoviária nacional, apontando, como principal defeito, o modelo adoptado ‘concessão-construção’ que põe de lado a figura de projectistas e fiscais “idóneos”. Desencoraja, por outro lado, o Governo a apostar no projecto rodoviário herdado do colono que, segundo defende, está desalinhado com a actual conjuntura económica do país.



Mário Mujetes © VE

Por António Nogueira

Desde o arranque do processo de reconstrução nacional, em 2002, Angola já investiu cerca de 25 mil milhões de dólares na recuperação de infra-estruturas rodoviárias. Ainda assim, há muitos troços degradados ao longo das estradas nacionais. O que estará na base dessa situação? Depois de assinado o acordo de paz, o país decidiu reabilitar os troços

rodoviários, no sentido de unir novamente as capitais de cidades. E pretendeu fazê-lo muito rapidamente. E acho que foi aí onde começámos a cometer o primeiro erro. Que foi o de tentar reabilitar as estradas com base em técnicas rapidamente elaboradas, ao invés de, primeiro, fazermos o levantamento da situação, elaborar os projectos, escolher os empreiteiros e os fiscais para levar a cabo essa empreitada que seria a reconstrução da malha rodoviária nacional. Não foi assim que actuámos.

O que fizemos foi que, por via dos chamados ‘contratos do modelo’ concessão-construção, foram adjudicados troços rodoviários e a maneira de reconstruir as estradas natural-

mente pecou por falta de dados mais exhaustivos. Ou seja, não foram feitos os levantamentos necessários da situação em que cada um dos troços se encontrava, tendo em conta o estado das camadas granulares, o traçado e as condições climatéricas. Pegámos numa espécie de bitola de nota técnica e aplicámos em toda a extensão do território nacional. Diria que foi um pouco de pressa a mais. Tive a ocasião de alertar, em 2011, que iríamos ter problemas muito sérios. Aler-tei publicamente e fi-lo com alguma coragem, porque as pessoas não aceitavam muito este tipo de críticas.

Quais foram os outros erros ?

O segundo erro foi o de não termos

escolhido os melhores fiscais. Ou seja, não optámos pelos fiscais profissionais. O terceiro e último erro foi o não termos previsto as verbas para a conservação e manutenção das estradas. A combinação destes três factores levou à degradação prematura de muitos troços rodoviários da malha nacional. As estradas são perecíveis e requerem um tratamento especial, em matéria de adjudicação, acompanhamento e manutenção.

Sente que já existe um maior acompanhamento no processo de construção e reabilitação das estradas?

Somos bons a elaborar regulamentos e leis e somos bons a aprender com os erros. Ou seja, foram cometidos erros,

e estou seguro de que aprendemos muito com estes erros. Agora é preciso ter a coragem de os aceitarmos e corrigir futuras situações. É claro que tenho alguma dúvida de que isso seja unânime no seio dos decisores públicos. Uma grande parte compreende que falhamos e que temos de corrigir, mas há outra parte que provavelmente ainda irá apostar no cometimento dos mesmos erros. Ou seja, ainda vão adjudicar obras no modelo concessão-construção ainda vão adjudicar obras em que os fiscais não são escolhidos mediante concursos transparentes e rigorosos e, provavelmente, ainda vão adjudicar obras sem ter as verbas para a conservação e manutenção garantidas. Esse

“O primeiro erro que cometemos foi o de tentar reabilitar as estradas com base em técnicas rapidamente elaboradas.”

grupo de decisores que assim age, o fá-lo em contramão. Ou seja, cria prejuízos económicos e financeiros enormíssimos ao Estado.

Este é um novo apelo que faz às autoridades. Afinal, diz que já o fez no passado?

É claro que nós, os técnicos, estamos permanentemente a alertar. Alguns de nós com mais coragem do que os outros. Eu devo ser o mais corajoso de todos, porque sou aquele que de tempo em tempo, faz um pronunciamento em relação ao que, se está a fazer, em termos de estradas. Já o fiz antes e agora estou a fazer um novo apelo. Não convém fazermos a reabilitação da malha colonial com os mesmos procedimentos e com o mesmo traçado geométrico do passado, porque não está compatível com os novos desígnios do desenvolvimento socioeconómico do país.

Em que se baseia o modelo de concepção, construção a que se referiu?

Nas obras públicas, existem quatro intervenientes fundamentais. O dono da obra, o projectista, o empreiteiro e o fiscal. O dono da obra, antes de fazer qualquer contacto com o empreiteiro, deve, em primeiro lugar, procurar um projectista para conceber o projecto. Depois de ter o projecto bem conseguido vai à procura de um empreiteiro. O passo a seguir é ir à procura de um bom fiscal e assim começa a obra pública, dentro da normalidade metodológica. No caso de Angola, as coisas não têm funcionado assim. Primeiro vai-se à procura do empreiteiro. Isso é o primeiro erro que se comete, porque o primeiro a ser procurado deveria ser o projectista. Penso que isso deve estar a acontecer provavelmente um bocadinho aliciado pelas linhas de créditos dos países. Mas este erro comete-se também a nível dos particulares, em que muita gente, na fase de construir a sua casa, vai logo à procura do construtor. Isso é um erro. O que o Estado faz é atribuir a construção e a projecção da obra a uma mesma entidade. Isso chama-se modelo concessão-construção. Quer dizer que a construção fica adjudicada ao próprio construtor. O país está a perder muito dinheiro com este modelo.

A manutenção regular das estradas não seria um caminho adequado para minimizar o quadro que descreve?

Não é suficiente, porque a manutenção tem de entrar combinada com um bom

60

Anos. É o tempo estimado pelo engenheiro civil António Venâncio que seria necessário para sanear, por completo, a cidade de Luanda, operação que teria de ser acompanhada de “rios de dinheiro”.

O que fizemos pecou por falta de dados mais exaustivos. Não foram feitos os levantamentos necessários da situação em que cada um dos troços se encontrava.

O segundo erro foi o de não termos escolhido os melhores fiscais. O terceiro erro, foi o de não termos previsto as verbas para a conservação e manutenção das estradas”.

projecto e um bom fiscal. A manutenção de uma estrada só tem resultados se esta estrada foi bem projectada e entregue às mãos de um fiscal idóneo. Ou seja, não basta dizer que há dinheiro para a manutenção. Como é que se calcula a manutenção se não existe o valor verdadeiro da obra que vem empolada já desde o preço. Mas se houver um bom projecto, mas não houver manutenção também não funciona. Se houver mau fiscal, mas com um mal projecto também não funciona. Digo que estes três elementos entram num jogo combinado. Basta falhar um, falha todo o processo.

E como avalia a manutenção que se faz hoje?

Em Angola não existe cultura de manutenção, não existe cultura de

Mário Mujetes © VE



PERFIL

António Venâncio é engenheiro civil e é também mestre em ciências técnicas, tendo efectivado a maior parte da sua formação no Instituto Superior de Engenharia de Kharkov, na antiga União Soviética, agora oficialmente conhecida como Federação Russa. É autor do livro intitulado “Introdução à Teoria da Fiscalização de Empreitadas de Obras Públicas” que aborda temas sobre a fiscalização de empreitadas de obras públicas com técnicas e regras de fiscalização e possui vários artigos de especialidade publicados em jornais e revistas. António Venâncio já desempenhou, entre outras funções, a de assessor principal do antigo Ministério das Obras Públicas, agora Ministério da Construção, consultor e gestor de empresas. Já dirigiu a Empresa de Obras Especiais (EMPROE), Empresa Nacional de Projectos (ENEP), ENCIB.

Foi também presidente da Comissão Nacional de Empreiteiros do Ministério das Obras Públicas. Actualmente é coordenador dos cursos de fiscalização e acompanhamento de obras no centro de formação da Maianga, em Luanda.

tornar a elaboração de projectos independentes e não existe a cultura de escolher os melhores profissionais para acompanharem as empreitadas de obras públicas. Portanto, se não há um bom projecto, elaborado por alguém independente, também não haverá informação suficiente para planificar uma boa manutenção.

Em Angola, existem profissionais que podem trabalhar de forma independente em matéria de fiscalização das estradas?

Em Angola, existem fiscais com muita capacidade. O problema é que, do ponto de vista do negócio, um bom fiscal pode criar dificuldades àquilo que seria a promiscuidade que, muitas vezes, passa impune. Com um bom fiscal, a promiscuidade não funciona. Com um bom fiscal, o empreiteiro leva multas severas que estão previstas na Lei. Desde 1992, a lei que regula, controla e organiza a metodologia de trabalho e o regime das empreitadas de obras públicas já foi revogada e enriquecida por quatro vezes. A última revogação foi em 2016. Agora porque não se cumpre? Essa pergunta já não me compete responder.

Reprova a forma como as estradas nacionais tem sido construídas e reparadas. Que soluções é que aponta às autoridades deste sector para melhorar o actual quadro?

Primeiro, se tivermos verbas bastante exíguas, então podemos optar pela duplicação de estradas. Ou seja, a malha que herdámos do colonialismo é como se fossem pequenos becos, onde não cabem duas pessoas. A nossa malha rodoviária é um beco onde só cabem dois carros, um para ir e outro para vir.

Isso não encoraja viagens, não encoraja frotas de camiões, não encoraja turismo, inclusive, passeios. Os habitantes de Luanda, que são um terço de toda a população de Angola, estão todos concentrados em Luanda porque não aceitam entrar nesses becos perigosos e, muitas vezes, mortíferos. As pessoas não conseguem viajar daqui ao Huambo com uma velocidade média de 60 a 70 quilómetros hora, quando, nalguns casos, se poderia circular até a 280 horas. Portanto, a malha antiga caiu em desuso.

Por outro lado, essa malha quando foi pensada, a população angolana era de três milhões de habitantes. Nesse momento, somos 26 milhões de habi-

CONTINUA NA PÁG. 6

Entrevista

CONTINUAÇÃO DA PÁG. 5

tantes. Então essa malha já não serve. Terceiro aspecto, as commodities de Angola de agora já não são as de antigamente, em que havia, se calhar, só o café. Agora estamos a viver de outras commodities. Estamos a fazer o PLANAGEO (Plano Nacional de Geologia) para uma varredura de área a fim de se saber o que temos no país, em termos de recursos minerais para depois tomarmos decisões macroeconómicas.

A minha sugestão é a de que o Governo se sente não só com economistas ou especialistas em estradas. Temos de sentar todos e, a partir daí desenhar uma malha rodoviária, em que vamos ter as linhas fundamentais, as chamadas estradas nacionais. E, mesmo dentro das estradas nacionais, vamos ter de escolher os itinerários que têm de ser auto-estradas, porque já não pode ser uma simples estrada.

No interior das cidades, sobretudo em Luanda, nota-se que algumas vias secundárias e terciárias beneficiam de obras de reparação. Ainda assim, não são poucas as vias inundadas, após uma enxurrada. O que estará a correr mal a este nível?

A cidade de Luanda cresceu assustadoramente, nos últimos 10 anos. Isso significa que o espaço edificado multiplicou-se várias vezes. Significa que nós impermeabilizamos vastas áreas de terreno que antes absorviam as águas. E isso ocorreu através das coberturas. Uma casa de 12 por 12 são 144 metros quadrados de terreno que impermeabiliza dos e o resultado disso são inundações que podem matar pessoas.

Ou seja, à medida que as manchas urbanas foram crescendo, devia também com ela crescer toda a malha de saneamento básico, quer para recolher as águas, quer para doptar as casas de água potável, energia, enfim. Mas o que se verifica é que, enquanto a população edifica, as infra-estruturas estão paradas. Isso resulta num caos total. E assim não precisa de chover muito para criar inundações.

Quer dizer que a solução para se acabar com as inundações nalgumas vias não passa pela reparação das vias secundárias e terciárias?

Não! Do meu ponto de vista, não se deve meter mais nenhum kwana para Luanda. Porque a cidade entrou em falência urbana. Não se faz mais nada. Perdemos a oportunidade de

Mário Mujetes © VE

Não se deve meter mais nenhum kwana para Luanda. A cidade entrou em falência urbana. Vamos ter de escolher um outro espaço dentro do território nacional para implantar uma capital de referência. Todos os que tentarem fazer de Luanda o orgulho dos angolanos vão cair numa quimera.

recuperar a cidade, já não vamos a tempo. Vamos ter de escolher um outro espaço dentro do território nacional para implantar uma capital de referência, que seja um orgulho para os angolanos. Todos os que tentarem fazer de Luanda o orgulho dos angolanos vão cair numa quimera. Vão gastar rios de dinheiro e não vão tornar Luanda numa referência.

E o que tem a dizer sobre o Plano Director de Luanda?

Não vai funcionar, porque já estamos, neste momento, em oito milhões de habitantes. Significa que, dentro de dois anos, já somos cerca de nove milhões, mais dois anos 10 milhões. A taxa de crescimento populacional de Luanda é de 3% ao ano. Portanto, já não vamos a tempo.

A corrida foi tão grande, do ponto de vista do crescimento populacional, que estamos agora a tentar vir com investimentos públicos. É impossível. Não se vai conseguir absolutamente nada. Pode tentar-se meter metro, sistema BRT, fazer outras estradas,

meter saneamento, não vai funcionar. Para se sanear a cidade de Luanda seriam necessários 60 anos a despejar milhões. Para se meter água na cidade de Luanda leva-se 82 anos para dar 120 litros por dia para cada pessoa. E isso porque, daqui a 40 anos, essa necessidade seria somente de 600 mil metros cúbicos, quando hoje, com oito milhões de pessoas, se precisa de 1,8 milhões metros cúbicos de água potável. Portanto, a carência de água hoje, em Luanda, comparada com a dos próximos 10 anos, vai ser maior.

A construção de novas centralidades não será uma boa estratégia para desafogar o centro urbano de Luanda?

Esta estratégia é outro erro. Quem pensou nas centralidades, no modelo em que se pensou, devia pensar na construção de uma centralidade de dois em dois anos. O que é quase impossível. Agora fazer uma centralidade e esperar mais 15 anos para fazer outra é um desperdício. O Estado não pode entrar na aventura de fazer aparta-

mentos de luxo, com interiores estuados, para dar à população. Isso não se faz em nenhuma parte do mundo. O Estado deve estimular a construção de casas, os empreiteiros, a produção nacional, a indústria de materiais de construção, através de políticas públicas próprias, para poderem aparecer centralidades naturalmente, como mérito da economia.

Qual seria a fórmula para que Luanda pudesse resultar nos próximos anos?

Adoptar políticas de descentralização, de rompimento de assimetrias para encorajar e estimular aquilo que se chama tecnicamente como migração económica da população de Luanda, através de políticas macroeconómicas. Por exemplo, se sou um médico em Luanda e ganho 180 mil kwanzas, nas Lundas, ganharia 600 mil kwanzas. É assim que vamos conseguir estancar Luanda e fazer dispersar pólos pelo país inteiro de desenvolvimento socioeconómico para que as pessoas possam desenvolver o que está debaixo da terra adormecido.





- ✓ Betão Pronto
- ✓ Pré-fabricados de Betão
- ✓ Pré-esforçados Ligeiros
- ✓ Betuminoso
- ✓ Aluguer de Equipamentos



✓ BETÃO PRONTO

- Classes de betão correntes
- Classes de betão especificadas

Para satisfazer as necessidades dos clientes, a Concera, S.A. produz, fornece e disponibiliza o serviço de bombagem do betão pronto, de acordo com as normas em vigor, tipos e classes especificadas.



✓ PRÉ-FABRICADOS DE BETÃO



✓ PRÉ-ESFORÇADOS LIGEIOS



✓ BETUMINOSO

- Massas Asfálticas
- Aplicação de Massas Asfálticas



✓ ALUGUER DE EQUIPAMENTOS

- Máquinas para Movimentação de Terras
- Equipamentos de Movimentação de Cargas
- Transportes de Cargas e Equipamentos



Economia/Política

ATÉ AO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2016

Execução da despesa pública de desenvolvimento nos 24%



PND. Crise financeira afectou drasticamente a concretização dos gastos com o desenvolvimento. Números preliminares dos primeiros nove meses de 2016 colocam, isoladamente Malanje, com uma execução superior a 70%. Luanda cumpriu apenas em 15,25% a despesa orçamentada em 104,65 mil milhões de kwanzas.

Por António Nogueira

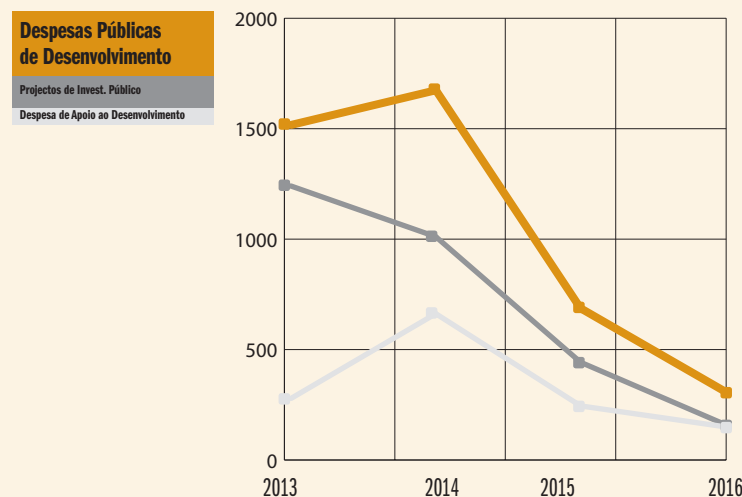
A despesa pública de desenvolvimento (DPD), que compreende a soma da despesa de investimento público (DIP) e a despesa de apoio ao desenvolvimento (DAD), atingiu apenas 24% da execução financeira programa até ao terceiro trimestre de 2016, correspondente a um

montante acumulado de 305,04 mil milhões de kwanzas, revelados do Relatório de Balanço das Actividades do Governo a que o VALOR teve acesso.

Compilados pelo Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial (MPDT) e incluídos na avaliação preliminar da execução do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND-2013-2017), os dados referem que os gastos totais previstos para a DPD, em 2016, estavam fixados em 1.268,75 mil milhões de kwanzas, repartidos em 56,25% (713,63 mil milhões) para os pro-

Despesa Pública de Desenvolvimento

(mil milhões de kwanzas)



jectos de investimentos públicos e 43,75% (555,67 mil milhões de kwanzas) para as despesas de apoio ao desenvolvimento.

O baixo desempenho da DPD, até ao terceiro trimestre de 2016, ficou a dever-se à combinação da

fraca execução financeira da despesa de investimento que se ficou pelos 22,03% (cerca de 157,18 mil milhões de kwanzas do total de 713,63 mil milhões) e da despesa de apoio ao desenvolvimento que não foi além dos 26,63% (pouco acima

dos 147 mil milhões de kwanzas, do total de 555,67 mil milhões).

Em relação ao desempenho por províncias, Malanje, com um orçamento total de 34,10 mil milhões de kwanzas em 2016, destaca-se com um grau de execução de 70,42%, o correspondente a 24,01 mil milhões de kwanzas. Kwanza-Norte segue-se à distância com uma execução financeira de 57,95% do total de 25,22 mil milhões de kwanzas orçamentados. Na terceira posição, coloca-se Cabinda que já aplicou 32,29% dos 23,86 mil milhões de kwanzas programados. O Kwanza-Sul que, até Setembro, investiu 26,81% dos 26,39 mil milhões de kwanzas reclamados em 2016, seguiu na quarta posição. O 'top 5' encerra com o Moxico que cumpriu em 16%, até ao terceiro trimestre, a aplicação dos 32,40 mil milhões de kwanzas.

Com apenas 15,25% de execução financeira, dos 104,65 mil milhões planificados, Luanda queda-se na



FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS, em Cabinda, passarão a beneficiar de crédito bancário, com a assinatura, nos próximos dias, de um protocolo entre o governo daquela província e o Banco de Fomento Angola, anunciou a administradora executiva da instituição, Manuela Moreira.

As 10 províncias com maior execução financeira em 2016

Descrição	Orç.	Peso (%)	IIIº Trim.	Acumulado até ao IIIº Trim.	Grau de Exec. (%)	Variac. Homóloga IIIº Trim.
Malanje	34,10	2,69	23,99	24,01	70,42	ND
K.Norte	25,22	1,99	14,22	14,62	57,95	ND
Cabinda	23,86	1,88	7,45	7,71	32,29	ND
Estr. central	653,12	51,48	135,85	203,51	31,16	ND
Moxico	32,40	2,55	3,05	5,38	16,60	ND
Luanda	140,65	11,09	17,25	21,44	15,25	ND
Benguela	24,01	1,89	3,03	3,33	13,86	ND
Huambo	58,63	4,62	3,77	6,55	11,17	ND
K.Kubango	22,99	1,81	1,82	1,83	7,97	ND
Uíge	35,30	2,78	2,69	2,74	7,75	ND

As maiores execuções financeiras da DPD por agrupamentos sectoriais

Descrição	Orç.	Peso (%)	IIIº Trim.	Acumulado até ao IIIº Trimestre	Grau de Exec. (%)	Variac. Homóloga III.º Trim.
Infraestrut.	283,10	22,31	96,48	112,59	39,77	146,36
Económicos	41,29	3,25	6,24	9,94	24,08	- 22,82
Defesa	827,28	65,20	112,62	169,20	20,45	46,36
Instituc.	52,02	4,10	9,53	9,69	18,62	6,33
Sociais	65,07	5,13	1,19	3,21	4,93	-91,36
Total	1.268,76	100	304,63	304,63	24,04	54,18

As maiores execuções financeiras da DPD por Objectivo Nacional

Descrição	Orç.	Peso (%)	IIIº Trim.	Acumulado até ao IIIº Trim.	Grau de Exec. (%)	V. Homóloga III.º Trim.
Desenv. Sector privado	34,10	2,69	23,99	24,01	70,42	ND
Garantia Pressupostos Básicos ao Desenv.	25,22	1,99	14,22	14,62	57,95	ND
Preservac. U. C. Nacional	23,86	1,88	7,45	7,71	32,29	ND
Melhoria Qualidade Vida	653,12	51,48	135,85	203,51	31,16	ND
Inserção Juven. Vida Activa	32,40	2,55	3,05	5,38	16,60	ND
Inserç. no context. Internacional	140,65	11,09	17,25	21,44	15,25	ND
Total	24,01	1,89	3,03	3,33	13,86	ND

sexta posição, enquanto a Estrutura Central registou um grau de execução de 31,16% de um total de 653,12 mil milhões de kwanzas.

Nos últimos dois anos, a execução da despesa pública de desenvolvimento recuou significativamente, face aos dois anos anteriores, afectada pelo corte drástico dos recursos ordinários do tesouro, por conta da baixa do petróleo que começou no segundo semestre de 2014.

Depois de, em 2013, a execução da DPD ter atingido os 1.521,99 mil milhões de kwanzas, em 2014, cresceu cerca de 10,4% para 1.679,81 mil milhões de kwanzas. Em 2015, com a crise do petróleo, a execução da DPD entrou em queda livre, desacelerando 59% para os 685 mil milhões de kwanzas, números que, no entanto, devem ficar acima do desempenho definitivo de 2016.

SECTOR PRIVADO EM ALTA
No Relatório do MPDT, a despesa pública de desenvolvimento é ainda segmentada pela rubrica dos 'objectivos nacionais' (um total de seis), notando-se, neste particular, que o objectivo "Preservação da Unidade e Coesão Nacional" é o mais expressivo, representando cerca de 95,23% de um total de 1.268,75 mil milhões de kwanzas.

Em termos de execução, verificou-se, no entanto, o melhor desempenho no objectivo "Desenvolvimento do Sector Privado", com 29,8% de 19,81 mil milhões de kwanzas, seguindo-se o objectivo "Garantia dos Pressupostos Básicos Necessários ao Desenvolvimento", com 29,59% de 21,56 mil milhões.

No que se refere à distribuição de recursos por agrupamentos, o relatório indica que, para o ano de 2016, foram alocados 65,2% (cerca de 827,2 mil milhões de kwanzas) para o orçamento dos sectores da Defesa e Segurança Nacional. No entanto, as despesas executadas, a este nível, atingiram apenas 20,4%, correspondendo a um valor acumulado de 169,2 mil milhões de kwanzas até ao terceiro trimestre do ano passado.

Depois da Defesa e Segurança, o sector com mais peso no orçamento programado para 2016 foi o das infra-estruturas, com 22,31%, cerca de 283 mil milhões de kwanzas, em termos nominais, tendo registado aplicado apenas de 39,7% do valor.

PUB

Todas as segundas-feiras Angola tem mais...

Assinaturas:
assinaturas@gem.co.ao
comercial@gem.co.ao



GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA
Contactos comerciais: 941 784 791 - 941 784 792
Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda - Angola

29,8%

Valor percentual do grau de execução financeira do objectivo de "Desenvolvimento do Sector Privado", até ao primeiro trimestre de 2016.

MEMORIZE

● **A nível do investimento público**, o grau de execução financeira dos projectos atingiu 22%, até ao terceiro trimestre de 2016, representando um montante acumulado, no período, de 157,1 mil milhões de kwanzas, em termos nominais.

Economia/Política

CIMENTO CONTINUA A SER O PRODUTO MAIS IMPORTADO

Importações caem 24% no 3º trimestre de 2016, mas cesta básica ‘salva-se’

COMÉRCIO. Apesar da queda global das importações, as compras de produtos da cesta básica aumentaram no terceiro trimestre do ano passado.

Por Isabel Dinis

As importações marítimas registaram, no terceiro trimestre do ano passado, “ligeiras alterações positivas”, mas caíram 24,74% para 1,436 milhões de toneladas, face ao período homólogo, revelam dados do Conselho Nacional de Carregadores (CNC), no seu boletim estatístico, que colocam as compras ao exterior em 1,908 milhões de toneladas nos penúltimos três meses de 2015.

Entre os bens mais importados, o cimento hidráulico, também conhecido por ‘clinker’, principal matéria-prima para o fabrico do cimento Portland, destaca-se com um crescimento de 18,84% para as 239,3 mil toneladas, no mesmo período, face ao

terceiro trimestre de 2015. Igual tendência registaram alguns dos produtos da cesta básica, com a importação do arroz a assinalar um aumento de 32,76% para as 113,1 mil toneladas e o açúcar a crescer 18,74% para as 66,9 mil toneladas, um aumento nominal de 10,5 mil toneladas. Impulsionada pelo programa governamental, concretizado pelo Entrepósito Aduaneiro, de venda directa aos industriais da panificação para a redução do preço do pão, a importação da farinha cresceu 41% para as 149,8 mil toneladas.

Em sentido contrário, a importação de carnes e miudezas ficou em até 34,76% para as 48,05 mil toneladas, uma redução nominal de 25 mil toneladas. Em relação às empresas, a Nova Cimangola continua a comandar o ‘ranking’ dos maiores importadores com 280,9 mil toneladas de ‘clinker’, mais 80,7 mil face ao registo homólogo, num crescimento superior a 40%. Em maré de quedas encon-



O Clinker liderou a lista das importações nos primeiros três meses de 2016.

tra-se, no entanto, a Angolissar, que viu as suas importações manterem-se no vermelho, no terceiro trimestre de 2016, recuando cerca de 39% para as 68,4 mil toneladas. No trimestre anterior, isto entre Julho e Setembro de 2016, as compras ao exterior da Angolissar já haviam contabilizado uma queda superior a 73%, face a igual período de 2015.

Em queda livre também se manteve a importação de veículos, no trimestre em análise, recuando 62% para as 1.634 viaturas, com o Porto de Luanda a desembarcar 1.563 unidades do total.

PORTUGAL RECUPERA LUGAR, MAS...

Portugal voltou a ser o maior fornecedor de Angola no terceiro trimestre de 2016, deixando para trás a China e a Coreia do Sul. Mas, mesmo recuperando a sua posição de líder, o país europeu exportou para Angola menos 28% em relação ao período homólogo.

Durante este período, a Espanha aumentou “drasticamente” as importações para Angola, segundo os dados do CNC. Ao todo, chegaram ao país 126,7 mil toneladas mais 81,4 mil. Em alta estiveram

também a Turquia, com 40,93%, e a Tailândia, com 10,89% de crescimento.

O continente europeu substituiu o asiático na posição de topo, apesar de “tímido” crescimento de 4,54%, ser devido à quebra da Ásia de 36%, que se traduz em 520,04 mil toneladas, menos 293,7 mil que no terceiro trimestre de 2015. Os continentes americano e africano apresentaram baixas nas importações para Angola com 207,5 toneladas, aproximadamente menos 119 mil, e 73,6 mil toneladas menos 82 mil toneladas respectivamente.

APOIO VEM DO REINO DE ESPANHA

Empresas ganham crédito de 75 milhões USD

O Instituto de Fomento Empresarial (IFE) e a Companhia Espanhola de Financiamento do Desenvolvimento (COFIDES) divulgaram, num encontro com o empresariado nacional, a existência de uma linha de financiamento no valor de 75 milhões de euros. Com o tecto para cada projecto fixado em até 30 milhões de euros, a linha deverá ser operacionalizada por bancos comerciais

angolanos, segundo a presidente do conselho de administração do Instituto de Fomento Empresarial (IFE), Dalva Ringote.

As condições de acesso já estão definidas. Os projectos das empresas angolanas devem ter necessariamente parceria com espanhóis e, segundo o adido comercial da embaixada de Espanha em Angola, Mariano Muela, no âmbito do acordo

firmado, as empresas espanholas devem ser detentoras da maior participação societária.

A linha de financiamento destina-se a projectos que sejam “robustos”, nos sectores dos transportes e logística, minas e actividades extractivas, indústria de material de construção, indústria têxtil, calçados, indústria petroquímica, processamento de alimentos e agro-indústria.

Dalva Ringote Allen explica que o financiamento resulta de um acordo de cooperação celebrado entre o Instituto de Fomento empresarial, tutelado pelo Ministério da Economia e a Companhia Espanhola de Financiamento do Desenvolvimento.

O mesmo vai vigorar até 2019, mas o representante comercial da Espanha, em Angola, esclarece que, no quadro das parcerias bilaterais,

o apoio do seu país não se limita a este financiamento.

As empresas interessadas devem remeter já os seus projectos ao IFE para a avaliação preliminar. Criado em 2011, o Instituto de Fomento empresarial entrou em acção em 2012 para ajudar o empresariado nacional a potencializar-se para poder ombrear com empresas de outros mercados.

É GEOCIENTISTA? GEO-ENGENHEIRO? ESTÁ EM FORMAÇÃO?

REGISTE-SE EM

<http://quadros.mgm.gov.ao>

E FAÇA PARTE DA BOLSA
DE QUADROS DO PAÍS

O Plano Nacional de Geologia (PLANAGEO) é o maior investimento global jamais feito no nosso país no domínio das geociências, visando a actualização do conhecimento geológico nacional.

QUEM SE DEVE CADASTRAR?

Quadros técnico-profissionais e superiores e estudantes de:

Geologia, Hidrogeologia, Hidrologia, Geofísica, Engenharia Geográfica, Geodesia e Cartografia, Topografia, Geoquímica.

Engenharia de Minas, Laboratório, Matemática, Física, Química, Mineralogia e Petrografia, Sondagem, Geotécnica, Geocronologia e Paleontologia, Ciências Ambientais, Soldadura para a Mineração.

Computação, Gestão Mineira, Gestão Ambiental, Geologia Económica, Economia Mineira, Direito Mineiro.

PREENCHA O FORMULÁRIO DISPONÍVEL NO SITE

<http://quadros.mgm.gov.ao>

**1129 QUADROS
NACIONAIS JÁ SE
CADASTRARAM**

**A COMPETÊNCIA AO SERVIÇO DO PLANAGEO
E DA DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA**



Contacto: quadros@mgm.gov.ao | +244 916 532 964

Política de privacidade O Ministério da Geologia e Minas garante que os dados que se registam durante o cadastramento serão utilizados apenas para questões estatísticas do conhecimento dos quadros.

Economia/Política

CIRCULAÇÃO DE AUTOCARROS ESTAVA PREVISTA PARA 2017

Obras do BRT avaliadas em mais de 200 milhões USD paralisadas há um ano

TRANSPORTES. Desde o primeiro trimestre do ano passado que as obras do sistema de Trânsito Rápido por Autocarros, BRT, estão paralisadas e sem data para retomarem. A empreitada estava a cargo da construtora Odebrecht, implicada num mega-processo de corrupção no Brasil.

Por Isabel Dinis

As obras do novo sistema de Trânsito Rápido de Autocarros, tecnicamente conhecido por BRT (sigla inglesa de 'Bus Rapid Transit'), estão paralisadas, desde o primeiro trimestre do ano passado, segundo constatou o VALOR na zona entre o estádio 11 de Novembro e o 'Campus' Universitário até à Estalagem, em Luanda.

A previsão inicial da direcção do Instituto Nacional dos Transportes Rodoviários apontava 2013 como a data para o arranque da fase experimental. No entanto, as obras só começaram em Outubro de 2014, prevendo-se, na altura, que o sistema estivesse em funcionamento em 2017.

O projecto BRT está previsto ter 240 autocarros, entre articulados, bi-articulados, 24 paragens numa via exclusiva de 53 quilómetros de extensão, divididos em dois corredores. O primeiro liga a Estalagem ao estádio 11 de Novembro

e o segundo a Avenida Deolinda Rodrigues ao estádio 11 de Novembro, com previsão para transportar 200 mil passageiros por dia.

As obras estão a cargo da construtora brasileira Odebrecht e a fiscalização é da responsabilidade da DAR Angola. A Odebrecht foi contratada, segundo um despacho presidencial, por 202 milhões de dólares enquanto a empresa fiscalizadora, por 14,1 milhões de dólares.

Fonte do Ministério da Construção respondeu ao VALOR que não há nenhuma informação concreta sobre a previsão para a retomada das obras, financiadas por uma linha de crédito do Brasil. "Não há nenhuma informação clara de quando as obras poderão ser retomadas ou se as coisas se vão alterar ou melhorar", referiu, indicando que "os projectos estão a ser resolvidos junto das mais altas estruturas do país e o Ministério não está em condições de fazer comentários sobre o assunto".

O VALOR contactou também a directora do Instituto Nacional dos Transportes Rodoviários, Noélia Costa, que garantiu que o Ministério da Construção ainda não oficializou quando vão retomar as obras e que não podia pronunciar-se sobre o assunto. "Enquanto não há pro-



Artur Carlos Andrade Fortunato, ministro da Construção

240

autocarros bi-articulados estão previstos circular no sistema BRT.

MEMORIZE

- A Odebrecht foi contratada, segundo um despacho presidencial, por 202 milhões de dólares enquanto a empresa fiscalizadora, por 14,1 milhões de dólares.

da Silva Tomás, referiu, citado pela Angop, que o sistema BRT de Luanda será integrado aos sistemas de transporte ferroviário, marítimo, e inserido na actual rede de transportes.

O ministro afirmou, na altura, que "o acesso através de modernas estações permitirá o embarque e desembarque de maneira rápida e eficiente dos utentes". O governante assegurou que as estações seriam "dotadas de sistemas de comunicação e informação visual e sonora com os utilizadores, e, juntamente com as vias e veículos, estarão monitorizados por uma central de controlo operacional, capaz de intervir na operação em tempo real e assegurar a qualidade de serviços".

As obras do projecto BRT obrigaram a demolições de casas no bairro da Sapu e o realojamento de cerca de sete mil famílias que se encontravam no espaço previsto para um dos corredores. Durante o processo, alguns moradores foram realojados no Zango.

O sistema de Transporte Rápido de Autocarros vigora em muitas cidades, como Curitiba e Paraná, no Brasil, ou Bogotá, na Colômbia. O primeiro foi inaugurado em 1974, em Curitiba, e inspirou muitos sistemas pelo mundo.

nunciamento de quem tutela, o Instituto não pode pronunciar-se se os BRT vão poder arrancar este ano ou não", referiu, tendo assegurado ainda que os protótipos dos carros do BRT já estão prontos.

A Odebrecht está envolvida num processo de investigação levada a cabo pela Polícia Federal do Brasil, denominada 'Operação Lava Jato', e considerada a maior investigação de corrupção na história do Brasil,

que já resultou na prisão do presidente da empreiteira, Marcelo Odebrecht, em 2016.

Aprovado em Conselho de Ministros em 2012, o novo modelo de transportes rápidos de Luanda prevê resolver o problema da mobilidade da capital e o aprimoramento da oferta de transportes de passageiros.

Durante um seminário de apresentação do projecto, em 2015, o ministro dos Transportes, Augusto

Riscos de negócio no sector mineiro



Marta Santos

Senior Manager
Ernst & Young

A Ernest&Young realiza anualmente um estudo sobre os riscos de negócio enfrentados pelas empresas do sector mineiro, a nível mundial. O estudo de 2016/2017 revela significativas alterações face ao de 2015/2016, com uma clara preponderância dos riscos financeiros.

Assim, no Top 10 dos riscos enfrentados por este sector encontramos: a Optimização de 'Cash Flow', a Angariação de Capital, a Produtividade, a Licença Social para Operar, Transparência, a Orientação para o Crescimento, o Acesso à Energia, as 'Joint Ventures', a Ciber-Segurança e, por último, a Inovação.

As empresas do sector mineiro, internacionalmente, têm vindo a reforçar a sua atenção na área financeira, procurando manter as folhas de balanço sólidas e positivas e planeando a rentabilidade a longo prazo.

Por esta razão, a optimização de 'cash flow' é o risco nº 1 no 'ranking' das empresas do sector mineiro para 2016/2017, reforçado pela procura limitada dos bens produzidos, derivada do contexto económico internacional, que penaliza fortemente os preços de venda, tornando o mercado muito volátil.

A optimização de 'cash flow' engloba, assim, as questões relacionadas com a volatilidade de preços e também com a volatilidade da moeda. Este risco tem já sido identificado como um dos riscos mais relevantes do sector para 2015/2017, mas passou de número 6 para número 1.

No contexto actual, assegurar financiamento e condições de crédito favoráveis tem-se revelado particularmente desafiante. Assim, a angariação de capital é o risco número 2 deste Top, com uma cada vez maior exigência por parte dos bancos para a obtenção de financiamento, de forma a controlarem o risco de crédito.

A Produtividade está identificada como o risco número 3. Muitas companhias mineiras continuam em processo de implementação de medidas para a melhoria da sua produtividade. Acreditamos que será necessário, neste campo, as empresas enveredarem por práticas sustentáveis a longo prazo de forma a minimizarem as perdas na cadeia produtiva, nomeadamente promovendo o compromisso dos seus trabalhadores e olhando para os seus processos de produção de A a Z. Estas medidas terão de ser consideradas de longo prazo, de forma a promoverem uma melhoria contínua em termos de produtividade.

A Licença Social para Operar é o risco número 4. Está relacionado com questões de imagem, de salubridade e de sustentabilidade.

A Transparência aparece como risco número 5. Com uma preocupação cada vez maior de assegurar uma cadeia de valor segura no sector, as empresas e os governos de cada país reforçam as exigências e os controlos.

Em 2015/2016 o risco número 1 foi a Orientação para o Crescimento. Em 2016/2017 desceu para número 6. Esta descida deve-se ao aumento significativo que os riscos de carácter financeiro tiveram no contexto mundial.

No entanto, as empresas do sector mineiro continuam cientes de que os ciclos de mercado se alternam e de que, apesar de não haver perspectiva de aumento de preços num horizonte de curto prazo, é necessário continuar a apostar numa gestão eficaz, que tenha um controlo efectivo dos custos de produção, mas que seja simultaneamente promotora da produtividade, para que sejam capazes de responder aos desafios do próximo ciclo de crescimento.

No número 7 encontramos o risco de Acesso à Energia. Representando em média entre 15% e 40% dos custos de uma empresa mineira a nível mundial, este é sem dúvida

um risco permanente. Definir o tipo de energia a utilizar é um factor decisivo na cadeia de produção.

O risco número 8 identificado são as 'Joint Ventures'. São consideradas como risco dado que se tem verificado a entrada no sector, através de processos de 'Joint Venture' de empresas e grupos sem experiência mineira e que, como tal, não têm a mesma capacidade de influência e decisão nomeadamente no que respeita às operações mineiras.

A Ciber-Segurança está no número 9. Com uma cada vez maior preocupação em termos da segurança das suas infra-estruturas tecnológicas, as empresas do sector mineiro têm vindo a realizar investimentos significativos para proteger os seus dados num ambiente cada vez mais complexo.

O último risco que encontramos no Top 10 deste ano é a Inovação. Apesar dos constrangimentos financeiros que impedem investimentos mais significativos nesta área, as empresas reconhecem a importância da inovação para a produtividade actual e futura, para a capacidade de se tornarem competitivas no longo prazo. Em Angola, a EY realizou em 2016 o primeiro Estudo de Compensações e Benefícios no Sector Mineiro.

Com uma elevada pressão no sentido de otimizar as suas operações locais, tanto em termos de custos, como em termos de resultados, as empresas do sector mineiro debatem-se com uma elevada taxa de rotatividade dos trabalhadores. Na verdade, a competição pelo talento está cada vez mais renhida, sendo necessário reforçar a capacidade de retenção de talentos, que passa, necessariamente, pela política retributiva de cada empresa.

Com a finalidade de suplantar a lacuna na informação disponível sobre as práticas de compensação, realizamos o Estudo de Compensação e Benefícios do sector mineiro em Angola.

As empresas do sector mineiro continuam cientes de que os ciclos de mercado se alternam e de que, apesar de não haver perspectiva de aumento de preços num horizonte de curto prazo, é necessário continuar a apostar numa gestão eficaz.

Mercado & Finanças

GOVERNADOR FAZ SAIR NOVAS REGRAS CAMBIAIS

BNA volta a autorizar movimento de contas em moeda estrangeira



A medida exclui contas detidas pelas entidades abrangidas pelo regime cambial aplicável ao sector petrolífero.

POLÍTICA CAMBIAL. Está em vigor a nova regra cambial que facilita investidores na utilização de recursos em moeda estrangeira, desde que os recursos sirvam para pagamento de compromissos a nacionais e a transferências internacionais. Outros movimentos de contas só com fundos de origem estrangeira.

Por Nelson Rodrigues

Os investidores estrangeiros e demais não-residentes cambiais com contas em moeda estrangeira vão poder ‘mexer’ nos seus depósitos por via de operações de débito, através de pagamentos de serviços em kwanzas a favor de residentes cambiais e por ordens de pagamentos ou transferências para o exterior, de acordo com uma nova regra cambial do Banco Nacional de Angola.

Criada pelo aviso número 02/17, de 3 de Fevereiro, do banco cen-

tral, a medida prevê igualmente a utilização dos recursos em moeda estrangeira por via de transferências para contas tituladas por entidades residentes cambiais colectivas, com as quais se mantenha relação de grupo.

Os não-residentes cambiais – pessoas singulares com residência habitual no estrangeiro ou colectivas com sede no estrangeiro – passam ainda a estar habilitados a movimentar contas em moeda estrangeira, fazendo recursos a cartões electrónicos de pagamento internacionais ou quaisquer outros instrumentos de pagamento aceites no mercado internacional, além de pagamento de “quaisquer encargos associados à manutenção de conta ou movimentação de fundos”, de acordo com o ponto número 4 do artigo 4.º do mesmo aviso.

02/17

Número do aviso do BNA que cria a medida que permite creditar as contas com fundos provenientes do exterior.

As novas alterações às regras cambiais são justificadas pelo regulador com “o actual enquadramento cambial”. “(...)Torna-se necessário actualizar as regras de abertura e movimentação de contas de depósitos por não-residentes cambiais e de contas em moeda estrangeira equiparadas”, lê-se no preâmbulo do aviso, assinado pelo governador do banco central, Valter Filipe. Segundo o documento, que

entrou em vigor a 16 de Fevereiro, são consideradas ‘contas em moeda estrangeira equiparadas’ as contas tituladas por não-residentes cambiais, as contas de depósitos tituladas por residentes cambiais denominadas em moeda estrangeira, desde que supervisionadas, exclusivamente, por fundos provenientes de instituições financeiras domiciliadas no estrangeiro.

Esta medida surge oito anos depois de aprovado o aviso nº 03/9, de 5 de Junho, sobre regras de abertura de contas bancárias em moedas nacional e estrangeira, medida que permitia, para não-residentes cambiais, movimento de contas por via de crédito pela importação de meios de pagamento sobre o exterior e por depósito de receitas provenientes da sua actividade no país, quando expressamente auto-

rizado pelo banco central.

As ‘saídas’ em moeda estrangeira dependiam de operações de débito que incluíam “levantamento ou venda de moeda estrangeira, pelo pagamento de despesas a entidades residentes e não-residentes e pelo repatriamento de valores devidamente autorizados pelo Banco Nacional de Angola”. Medidas que, mais tarde, viriam a alterar-se devido à actual crise de divisas que já dura há quase três anos.

No novo aviso, os movimentos de crédito apenas serão permitidos por via dos fundos provenientes do exterior e remunerações provenientes de aplicações efectuadas junto de instituições bancárias.

A medida do BNA – a terceira estruturante do governo de Valter Filipe no banco central – exclui as contas abertas e detidas pelas entidades abrangidas pela lei número 2/12, de 13 de Janeiro, lei sobre o regime cambial aplicável ao sector petrolífero, bem como a outras previstas em regulamentação específica.

CONTAS DE MOEDA NACIONAL

Os não-residentes cambiais titulares de contas em moeda nacional apenas podem movimentar as contas por via de crédito, através de conversão em moeda estrangeira proveniente do exterior ou de contas tituladas por não-residentes cambiais em moeda estrangeira, receitas provenientes da actividade económica legalmente exercida no país e a remunerações provenientes de aplicações efectuadas junto da instituição financeira bancária.

Já a utilização dos recursos em conta será permitida apenas por via operação de débito, com transferências domésticas, pagamento de cheques emitidos sobre conta, utilização de cartões de débito em território nacional e pagamento de quaisquer encargos associados à manutenção de conta ou movimentação de fundo.



O GOVERNADOR DO BNA, Valter Filipe da Silva, visita França, desde 14 de Fevereiro, para manter encontros com empresários e accionistas influentes de bancos franceses no quadro da melhoria do sistema bancário angolano.



OS MAIS de 2 mil milhões de euros de dívida pública que o país vai emitir para pagamentos atrasados, desde 2013, vão abranger os credores do Estado que tenham celebrado acordo de regularização com o Ministério das Finanças.

NO RELATÓRIO DAS VISITAS E CONSULTAS DE NOVEMBRO DE 2016

FMI quer saber quando Angola acaba com restrições na venda de divisas

Max Alier, representante do FMI em Angola



sugere ainda a promoção da diversificação económica, melhorando o ambiente de negócios e reforçando o papel do sector privado na reconstrução de infra-estrutura.

MAIS CAMINHOS

Das soluções apontadas pelo FMI para a recuperação dos rácios anteriores quanto à disponibilidade de moeda estrangeira, sobressai o diálogo que o BNA tem vindo a levar a cabo, com vista a recuperar os bancos correspondentes que vendiam notas de dólares à banca nacional. Um mecanismo que o FMI já saudou e incentiva a prosseguir.

Os administradores [do FMI] salientaram a necessidade de se abordarem os efeitos da perda de relações de correspondência bancária em dólares americanos, além de considerarem positivo o diálogo de “alto nível” que as autoridades estabeleceram com as autoridades dos bancos correspondentes globais.

Ao mesmo tempo, “os administradores observaram que o banco central deve intensificar a compilação e a análise de dados e desenvolver planos de contingência para mitigar os riscos decorrentes da perda de relações de correspondência bancária e abordar as suas causas e reforçar ainda mais os quadros prudencial e de CBC/FT”, resume a entidade, em nota relatóri.

LACUNAS NOS DADOS

Os técnicos do FMI saudaram as várias iniciativas levadas a cabo pelo Governo para a mitigação dos efeitos da crise, sobretudo no programa de diversificação da economia, apesar de criticarem o facto de haver “lacunas na produção” dos dados de natureza económica.

“Os administradores incentivaram as autoridades a abordarem as lacunas remanescentes na produção de dados económicos”, lê-se num resumo no preâmbulo do documento, que dedica 74 páginas sobre a situação actual da economia e financeira nacional.

TAXAS. Instituição recomenda estabelecimento de calendário para a “eliminação gradual” das restrições com divisas. E volta a questionar as “largas diferenças” entre as taxas de câmbio do mercado paralelo e do oficial, sugerindo a criação de taxas múltiplas e um câmbio mais flexível, num relatório com mais de 70 páginas. O Fundo queixa-se de “lacunas” nos dados económicos.

Por Nelson Rodrigues

Angola deve estabelecer um calendário para que se saiba quando terminam as restrições na venda de moedas estrangeiras, com vista a resolver, de forma urgente, os desequilíbrios no mercado cambial, alerta o Fundo Monetário Internacional (FMI), no mais recente relatório sobre a última visita e consulta do organismo ao país relativas a Novembro de 2016.

Com mais de 70 páginas, o relatório volta a chamar a atenção às “largas disparidades” entre as taxas de câmbio praticadas entre os mercados formal e o informal de divisas, alertando para o risco do atraso na esta-

bilidade financeira e para a “lenta” diversificação económica.

O aviso do Fundo surge na sequência da última visita a Angola, em Novembro de 2016, quando o organismo teve em mão os dados da real situação cambial do país, nomeadamente sobre o atraso de resposta às solicitações de compras de divisas, atraso na importação de produtos de primeira necessidade, com consequências sobre a qualidade de vida dos angolanos.

As solicitações de compra de divisas em atraso, no sistema bancário nacional, ascenderam para cerca de três mil milhões de dólares, fruto das restrições impostas pelo Banco Nacional de Angola (BNA), desde 2014. Um número que tende a aumentar a avaliar pela continuidade das restrições no acesso às divisas, seja em moeda física, seja por via dos cartões

3

Mil milhões de dólares é o valor estimado de solicitações de compras de divisas, em atraso, por restrições do BNA.

de crédito ou de pagamento internacionais, segundo o relatório do FMI sobre Angola, aprovado pelo conselho de administração, representado por David Robinson e Bob Traa.

Assim, e para acudir às pressões do mercado bancário sobre as divisas, o FMI sugere ao Governo a “passagem para um regime de taxa de câmbio flexível, mas administrada para abordar, de forma urgente, os

desequilíbrios no mercado cambial, desenvolver um calendário claro para a eliminação das restrições cambiais e práticas de taxas de câmbio múltiplas”, de acordo o documento que separa, em sete pontos fundamentais, as medidas de política económicas para o país.

No grupo de recomendações ao Governo e sobretudo ao sector bancário, os peritos do FMI chamam a atenção para a “adopção de uma meta para a base monetária consistente com o objectivo de inflação”, aumentar a resiliência do sector financeiro, reforçando os quadros de supervisão bancária, resolução e combate ao branqueamento de capitais/financiamento ao terrorismo (CBC/FT), e encerrando ou recapitalizando os bancos mais fracos.

A instituição, que tem à testa a francesa Christine Lagarde,

Mercado & Finanças

A PARTIR DO PRÓXIMO MÊS

BFA cobra mais pelos cartões VISA com comissões até 12 mil kwanzas

BANCA. Instituição líder da banca nos lucros avisa que vai cobrar mais nas comissões anuais com manutenção dos cartões Visa. O novo tarifário prevê preços que vão dos 7.500 mil a 12 mil kwanzas para o crédito e reforço de 1,5 pontos percentuais no custo dos cartões pré-pagos.



Mário Leite da Silva, presidente do conselho de administração do BFA

Por Nelson Rodrigues

O Banco de Fomento Angola (BFA) vai mexer, a partir do próximo mês, nas taxas e comissões de serviços anuais com os cartões VISA, com alterações nos preços que vão desde 7.500 a 12 mil kwanzas, anunciou a entidade em ordem de serviço distribuída pelas suas 159 agências e a que o VALOR teve acesso.

De acordo com a directiva do banco, os cartões de créditos Mwangolé Classic Visa passam a descontar, a partir de 28 de Março, mais cinco mil kwanzas, o que perfará,

já em Março, 10 mil kwanzas, por ano, alterações que se estendem aos cartões Mwangolé gold Visa, com descontos de 12 mil kwanzas, mais sobre a comissão anual actual.

Para os cartões pré-pago 'Kandandu', também da rede Visa, o banco antevê um aumento de 1,5 pontos percentuais sobre a taxa actual, fixada em 1%, de acordo com relatos de vários gestores de agência em Luanda e que vem atestada no comunicado do banco. O banco não explica na nota se prevê as razões das alterações com taxas e comissões com os Visa, nem refere se o procedimento vai ter impacto nos plafonds mensais de carregamentos para cartões pré-pago 'Kandandu', além de não fazer menção sobre se vai prosseguir com emissões de novos cartões. O jornal questionou o gabinete de comunicação sobre essas possibilidades, mas

não obteve resposta.

Fontes do banco garantiram, entretanto, que, para já, estão suspensas as emissões para novos cartões Visa, seja para o crédito, seja para os da modalidade de pre-pagamento.

"Já estamos informados sobre essas alterações, mas só terá efeito para clientes antigos do banco. Não estamos a emitir novos cartões devido ao actual contexto de crise", contou um gestor de uma agência em Luanda, que pediu para não ser identificado.

TROCA CUSTA 5 MIL KZ

O banco prevê também mexidas nas taxas de substituição dos cartões, que pode abranger cartões danificados, mal conservados, ou os extraviados, com uma taxa fixa que deve rondar os 5 mil kwanzas.

Essas alterações vão ainda ter inci-

NOVA TABELA DE PREÇÁRIOS VISA BFA	
Cartão Crédito	Comissão (Valores em AKZ)
BFA Mwangolé Classic VISA - anuidade - 1.º titular	7.500
BFA Mwangolé Classic VISA - anuidade - outros titulares	7.500
BFA Mwangolé Gold VISA- anuidade - 1.º titular	12.000
BFA Mwangolé Gold VISA- anuidade - outros titulares	12.000
Substituição do Cartão (causas imputáveis ao cliente)	5.000

Cartão Pré-Pago	Comissão (Valores em AKZ)
Custo de Carregamento	2,5%
Levantamento a Crédito- Cash Advance em Angola	
Comissão (Valores em AKZ)	
Balcão (valor fixo)	1.000
Balcão (%)	3,5%
ATM (valor fixo)	500
ATM (%)	3,5%

Levan. a Crédito- Cash Advance no Estrangeiro	Comissão (Valores em AKZ)
Balcão (valor fixo)	1.000
Balcão (%)	5%
ATM (valor fixo)	500
ATM (%)	5%

Fonte: BFA

dência sobre os levantamentos a "crédito- cash advance" em Angola, com comissões de 1.000 kwanzas, sendo que para o balcão é descontado 3,5% e nas caixas de pagamentos automático (ATM, na sigla em inglês), descontam 500 kwanzas ou 3% do valor a movimentar.

Para operações de "levantamento a crédito- cash advance" no estrangeiros estão também fixados novos valores, em taxas e comissões, com 1.000 kwanzas fixo no balcão, ou taxa de 5%, e 500 kwanzas com os ATM, ou 5% sobre o valor a movimentar.

RESTRIÇÃO NOS CARTÕES VISA

Os bancos BPC, BFA, BAI, BIC e BMA – arrumados por ordem decrescente de activos – justificaram, em Agosto do ano passado ao VALOR, que a restrição na concessão de novos cartões e no manuseamento se deve à "actual

crise do sector petrolífero" que, desde Junho de 2014, fez recuar, para menos de metade, as receitas com vendas do petróleo, principal fonte de divisas de Angola.

Os rumores da suspensão do serviço Visa em Angola iniciaram entre finais de 2014 e princípios de 2015. Mas a Visa nunca chegou a admitir o cancelamento da operação, o que a levou a desmentir, por via do Banco Nacional de Angola, tal informação. "Relatos de que a rede Visa deixará de estar disponível em Angola são falsos. A Visa continua comprometida com os parceiros angolanos, incluindo o banco central, instituições financeiras, comerciantes e titulares de cartões (...)", lê-se numa nota da entidade gestora da rede Visa, datada de Janeiro deste ano e assinada pelo seu director para África do Oeste e Sul, Jabu Basopo.

ANGOLA SENTE



O Registo Eleitoral é obrigatório



Eu cumpro o meu dever
de cidadão. E tu?

**Actualiza o teu registo
junto a uma Brigada
de Registo Eleitoral.**

**Leva contigo o teu
Cartão de Eleitor e o teu BI.**

**Se não tiveres BI, leva só
o teu Cartão de Eleitor.**

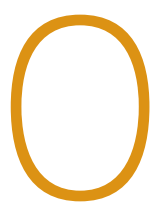
Empresas & Negócios

VALORES ATINGIRAM OS 2,6 MILHÕES DE DÓLARES

Compensações de seguro de vida registam um aumento de 8,3%

RESULTADOS. Incremento do valor das compensações justificado com o aumento de número de mortes. Ensa apresentou novo pacote de seguro de vida, depois de ter lançado, em Benguela, o seguro de responsabilidade civil do transportador.

Por Valdimiro Dias



O volume de compensações dos seguros de vida da Ensa em 2016 atingiu valores acima de 2,6 milhões de dólares, um

incremento de 8,3 %, face ao ano anterior, revelou o administrador da seguradora detida pelo Estado, Henda Mondlane da Silva.

Em 2015, os valores das compensações rondaram os 2,4 milhões de dólares e, segundo a empresa, o incremento do ano passado deveu-se ao aumento da cobertura por mortes que foi de 15 eventos, o que perfaz uma média de 173,3 mil dólares por pessoa.

O novo pacote de seguro de vida

com protecção para doenças graves anunciado pela Ensa oferece uma cobertura complementar de cariz facultativo que cobre doenças graves, como cancro, acidente vascular cerebral (AVC), enfarte agudo do miocárdio e insuficiência renal crónica.

Ao detalhar pormenores deste pacote, o chefe de departamento da direcção Técnica de Vida, Carlos Almeida, explicou que a subscrição começa a partir dos 18 anos e vai até aos 60, sendo que o subscritor deve declarar todas as situações de saúde de que tenha conhecimento para a avaliação de risco, enquanto o pagamento do capital será efectuado mediante diagnóstico, clinicamente comprovado.

A seguradora já detém três soluções de seguro de vida, a crédito, individual e grupo destinado a entidades colectivas em caso de morte, dispondo também dos chamados seguros de



Henda Mondlane da Silva, administrador da Ensa

renda. “Num contrato de seguro de vida, as coberturas são accionadas em caso de morte, mas doravante, a Ensa garante que, na eventualidade de uma pessoa ser acometida de uma doença tipificada, será ressarcida com um capital seguro”, explicou o administrador Henda Mondlane da Silva, durante um evento de apresentação do novo pacote de seguro de vida.

TRANSPORTE COBERTO

Há duas semanas, a Ensa lançou

um novo produto que promete proteger o transportador em caso de desastre de qualquer natureza. Foi apresentado no Lobito, onde há uma intensa actividade transitária, o seguro de responsabilidade civil do transportador, que os transitários poderão contratar para assumir as responsabilidades civis ou das mercadorias transportadas. Este pacote, segundo o responsável, cobre os riscos a que as mercadorias estão sujeitas durante o

seu transporte, por via terrestre, e pode cobrir, entre outros sinistros, despesas com a limpeza e remediação de impacto ambiental, custos judiciais do foro cível e honorários de advogados. A contratação do serviço permite igualmente cobrir custos decorrentes da responsabilidade extracontratual por danos corporais ou materiais causados a terceiros, bem como a terceiros causado pela mercadoria no acto de carga, transporte, transbordo e de descarga.

OPERAVA EM ANGOLA

Diamantífera portuguesa extinta



A Parpública Sociedade Gestora de Participações Sociais, de capitais exclusivamente lusos, decidiu extinguir a empresa diamantífera Sociedade Portuguesa de Empreendimentos (SPE) que

detinha participações em concessões de diamantes, em Angola.

Em comunicado, divulgado na semana passada, em Lisboa, a empresa dá a conhecer, no entanto, que, antes da sua efectiva extinção, distribuiu “77 milhões de euros (81,8 milhões de dólares) pelos accionistas relativos ao exercício de 2016”.

O Estado português, através da Parpública, é o maior accionista da

SPE com 81,14%, mas há mais de 4.000 pequenos accionistas privados que vão receber o equivalente a 14,5 milhões de euros (cerca de 15,4 milhões de dólares).

O resultado obtido pela SPE em 2016 foi, de acordo com o comunicado, uma consequência da execução do acordo alcançado com a angolana Empresa Nacional de Diamantes de Angola (Endiama),

que pôs fim a anos de impasse no conflito que marcou a relação entre as duas empresas.

O acordo foi executado em 2016 através da venda da participação da SPE — de 49% — no capital da Sociedade Mineira do Lucapa à accionista angolana, a Endiama, que proporcionou um encaixe de 121 milhões de euros, cerca de 128,6 milhões de dólares.



A LUCAPA DIAMOND Company anunciou a descoberta do segundo maior diamante de sempre, em Angola, com 277 quilates e qualidade “premium”, um ano depois da descoberta da maior pedra preciosa.

Nova empresa pública inicia actividade

O conselho de administração da Empresa Gestora de Terrenos Infra-estruturados (EGTI – E.P.), criada pelo despacho presidencial de 05 de Março de 2015, tomou posse na última semana em cerimónia presidida pelo vice-presidente da República, Manuel Vicente, por orientação do Chefe do Executivo, José Eduardo dos Santos.

A empresa que conta com um capital social inicial de 2 mil milhões de kwanzas, equivalente a 18,5 milhões de dólares, vai ficar na superintendência directa do presidente da República ou do ministro das Finanças.

A criação da EGTI é considerada de interesse estratégico a medida em que está encarregue da gestão, a nível nacional, dos terrenos infra-estruturados do domínio público e privado do Estado que lhe sejam atribuídos por diploma específico, refere uma nota distribuída, semana passada, à imprensa.

Além disso, a nova empresa pública, cujo conselho de administração é liderado por Rodrigo de Sousa Alves dos Santos, foi incumbida de prosseguir os objectivos preconizados pelo Governo relativamente aos terrenos infra-estruturados e garantir a requalificação, expansão das cidades e dos centros rurais, numa lógica económica para o Estado angolano.



O Angosat 1 está a ser construído na Rússia, desde 2013, e está avaliado em mais de 215 milhões de dólares.

SATÉLITE SERÁ LANÇADO NO TERCEIRO TRIMESTRE

Mercado interno vai absorver 60% da capacidade do Angosat 1

TELECOMUNICAÇÕES. Unidade de negócios da Angola Telecom avança que está aberta a assinatura de contratos de intenção aos potenciais clientes. Países da SADC são os potenciais compradores externos dos serviços a serem oferecidos pelo primeiro satélite angolano.

Por Valdimiro Dias

AInfrasat, empresa ligada à estatal Angola-Telecom, pretende comercializar 60% da capacidade instalada do satélite angolano (Angosat 1) para o mercado interno, reservando o restante para os países da região, revelou o director executivo da empresa, Diogo de Carvalho, durante a visita de especialistas de telecomunicações e tecnologias de informação da SADC.

O gestor explicou que a estratégia comercial foi definida depois de realizado o ‘benchmarking’ internacional, o que permitiu a definição das quotas de vendas do satélite que deve elevar, internacionalmente, a Infrasat ao estatuto de gossita.

Os preços promocionais serão discutidos em função das necessidades dos clientes, sendo que, nesta altura,

está já aberta a assinatura dos contratos de intenção que permitirão aos compradores o acesso imediato ao satélite, logo que entre em operação.

Internamente, a Infrasat já efectuou um levantamento de todas as empresas que recorrem a estes serviços, as mesmas que já estão a ser abordadas no sentido de elevarem as suas capacidades, entre outras, em matéria de telecomunicações.

Inicialmente previsto para Novembro de 2016, o lançamento em órbita do Angosat 1 foi revisto para o início do terceiro trimestre de 2017 e as autoridades angolanas esperam que os países da SADC ganhem maior cobertura de comunicação nos próximos tempos. Vários países da África Austral, encravados e sem acesso ao mar, poderão ter garantias de maior cobertura a nível dos seus territórios.

Durante a visita da delegação da SADC, o director nacional das Telecomunicações, Eduardo Sebastião, admitiu que a concretização do lançamento do primeiro satélite nacional vai permitir o aumento das infra-estru-

Angosat 1

Avaliado em 37 mil milhões de kwanzas (mais de 215 milhões USD) e com o período de vida útil estimado em 15 anos, o Angosat 1 está a ser construído na Rússia desde 2013, após negociações que se prolongaram por cerca de 10 anos. A construção do satélite foi confiada ao consórcio russo RSC Energia, estando paralelamente em construção, na comuna da Funda, em Luanda, o centro de controlo e missão de satélites, o órgão que vai controlar, rastrear e fazer a telemetria dos dados enviados pelo Angosat 1.

O satélite tem a posição orbital 14.5 E, 1.055 quilos; peso de carga útil 262.4 quilogramas; potência de carga útil 3.753 W, banda de frequência C,Ku; número de repetidores 16C+6Ku.

turas de telecomunicações e facilitar os serviços oferecidos à população. Enquanto o responsável para as Telecomunicações e Tecnologias de Informação da SADC, Cecília Mamelode, considerou a visita “muito importante” para o programa regional da SADC, por haver um programa em curso que prevê a partilha de comunicações entre os membros.

A Infrasat atingiu, em 2015, uma facturação de 27 milhões de dólares, valor que previa manter em 2016, e apontou o asseguramento da transmissão de dados para as grandes corporações e a expansão do serviço de telefonia rural com custos acessíveis como as principais metas da empresa. A Infrasat prevê apostar também, nos próximos tempos, na melhoria da cobertura do sinal das operadoras de telefonia móvel e fixo e disponibilizar o serviço de internet nas regiões mais longínquas do país.

Com essas apostas, a empresa espera cumprir com os seus macro-objectivos que passam pelo combate à infoexclusão.

(In)formalizando

DUAS ESCOLAS ENSINAM E PARTICIPAM EM INICIATIVAS CULTURAIS

Quando a dança se torna u



O ballet é uma das danças na escola Alpha-Omega



Alunos na escola 'Passadas do Semba'

FORMAÇÃO. Duas irmãs transformaram um espaço de recreio numa escola rentável e que até tem acordos internacionais. Outra escola vai dando os primeiros passos para ter uma estrutura sólida. São dois exemplos de duas escolas de dança, em Luanda, que procuram o sucesso empresarial.

Por Amélia Santos

A escola Alpha-Omega é uma das poucas de Luanda que tem uma estrutura tal qual uma escola. Só ensina dança e, ao contrário das muitas que existem, não se limita a ter apenas um salão. A escola, sita no São Paulo, rua Gil Liberdade, foi criada em 1999, por duas irmãs norte-americanas Marie Reynalde Vancol e Danielle Vancol. Alberga mais de 80 alunos dos três aos 18 anos e ainda adultos das mais diversas

modalidades de dança. Lecciona, em duas salas, perto de 10 estilos, desde o ballet clássico e acrobático, jazz, contemporânea, afro, hip-hop, sapateado, semba, kizomba, litúrgico e 'pointe'. As aulas de bailado para crianças mais pequenas ficam por 65 mil kwanzas a inscrição, que inclui o equipamento, e mais uma mensalidade de 9.500 kwanzas. Os adultos, pelos diversos estilos, pagam menos, cinco mil kwanzas mensais, em média, mas o valor varia de acordo com o número de módulos e horas de treino.

Inicialmente, a escola até começou como um divertimento e uma forma de entreter as crianças da rua e não só, com duas sessões semanais, mas, com o passar do tempo, as irmãs sentiram a necessidade de fazer crescer o projecto e contratar pessoal. Tudo isso acarretava custos, o que fez com que

5

Mil kwanzas, valor da inscrição na escola Alpha-Omega.

3000

Kwanzas, valor pago semanalmente na escola 'Passadas do Semba'.

criassem condições para tornar a escola num negócio.

Com duas turmas de dança diárias e aulas de duração de uma hora e meia por cada turma, o 'ballet' é o mais solicitado. Segundo a professora de dança Elizandra Bernardo, "não há tempo determinado para aprender a dançar ou tornar-se um profissional", porque "a dança é das disciplinas que requerem sempre actualizações" e, em Angola, "não há ensino específico de dança", o que faz com que muitos estudantes, depois de atingirem o nível mais alto leccionado em Angola, tenham necessidade de ir terminar ao estrangeiro uma formação superior.

Apesar de o ballet ser o mais solicitado pelos pais e encarregados de educação, há também adultos que ainda querem aprender passos de danças clássicas. "Querem aprender a técnica e vêem como uma actividade física sem o 'stress' do ginásio".

A escola tem também sistemas

de bolsas para as crianças do Lar Kuzola, segundo um projecto que nasceu em 2006. A escola realiza anualmente exames com todas as crianças. No fim, levam um certificado da escola que comta com a parceria do CDI, comité da Unicef da vertente dança.

A Alpha-Omega já conseguiu criar uma companhia de dança infantil, a 'Gift of Dance', que junta miúdos que se destacam na escola com idades entre os 10 e os 17 anos. É desta forma que a Alpha Omega apresenta 'performances', em todo o tipo de eventos.

Com cinco professores, a escola ainda tem um intercâmbio cultural com a Itália, onde Angola vai participar pela quarta vez, com um espectáculo, agendado para Maio.

"Mais do que saber dançar, é necessário conhecer técnica, ter material apropriado e espaço confortável que proporcione condições de acomodação para quem queira tornar-se profissional desta área",



O negócio “é rentável”, considera o professor Franck Zola, principalmente com as aulas particulares e domiciliars, justificando que, muitas vezes, os clientes necessitam de aulas intensivas, dependendo do evento em causa.

um negócio



Alunos da Alpha-Omega no Palácio de Ferro

defende Elizandra Bernardo.

ESCOLA E GRUPO

Quem também tem a dança como profissão é Franck Zola, professor há mais de 10 anos, que ensina kizomba, semba, rumba, house, afro, kuduro, dança folclórica, entre outras. O grupo ‘Passadas do Semba’ que ele fundou há quatro anos, no bairro Kapolo II, tem perto de 30 alunos. Cobra pela inscrição mil kwanzas. E por aulas colectivas cobra 300 kwanzas por semana a cada aluno. Já para aulas particulares e ao domicílio são mil kwanzas por hora, a que se deve acrescentar a deslocação, valor que não estipula, porque depende muito da localização do cliente.

O negócio “é rentável”, considera o professor, principalmente com as aulas particulares e domiciliars, justificando que, muitas vezes, os clientes necessitam de aulas intensivas, dependendo do evento em causa. “Normalmente, os noivos procuram-nos

quando falta um mês ou mesmo semanas para o casamento e há necessidade de dar aulas intensivas e cobrar mais caro, porque exige mais esforço do professor. Também recebemos alunos que não têm noção de passos de danças e ensina-se o básico”, explica.

Além de alunos nacionais, Franck Zola ensina estrangeiros que querem aprender principalmente a kizomba e o semba por serem danças em expansão internacional. As aulas são dadas entre as 16 e as 18 horas todos os dias.

A escola também formou grupos de dança que animam casamentos, palestras, aniversários e todo o tipo de eventos. Para actuar, o grupo cobra 100 mil kwanzas, “um valor discutível”. Mensalmente, é possível arrecadar perto de 50 mil kwanzas, só com as propinas.

Sem documentação, a escola ‘Passadas do Semba’ vai facturando “até conseguir algum patrocínio para melhor estruturar a sala improvisada de ensaio e aguarda por uma autorização da administração do bairro”. Desta escola, já saíram vencedores do concurso ‘Festival de Kizomba e Semba’, no ano passado.

Diferente da escola Alpha Omega, na escola ‘Passadas do Semba’ o aluno não

recebe nenhum certificado ou diploma que comprove o seu profissionalismo.

MEMORIZE

- Um professor de dança, mais do que saber dançar, deve conhecer técnica, ter material apropriado e espaço confortável que proporcione condições de acomodação para quem queira tornar-se profissional desta área.

Franck Zola, professor de dança

TRANSCOOP

Transportes Rodoviários

AGILIDADE, CONFORTO, SEGURANÇA E EXCLUSIVIDADE



SERVIÇO PERSONALIZADO COM CONFORTO E SEGURANÇA

O TAXÍMETRO SÓ SERÁ LIGADO
NO LOCAL DA CHAMADA



Rua 21 de Janeiro, Bairro Rocha Pinto, Luanda

Call center

(+244) 947 992 829

(+244) 993 091 599

Trabalhamos com multicaixa



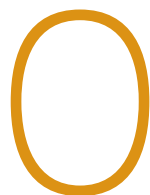
DE JURE

AUTORIA DE CARLOS FEIJÓ E FREITAS DO AMARAL

Manual de direito administrativo angolano lançado em Lisboa

OBRA ACADÉMICA. Português Freitas do Amaral e angolano Carlos Feijó lançaram um manual que explica as leis em Angola. O caso de Isabel dos Santos, com um pedido de impugnação, “marca uma viragem”, defende o professor angolano.

Por Isabel Dinis



O professor catedrático português Freitas do Amaral, em co-autoria com o professor catedrático angolano

Carlos Feijó, lançou um manual sobre o direito administrativo angolano, baseado na Constituição e nas leis administrativas vigentes em Angola.

A obra, intitulada ‘Direito Administrativo Angolano’, levou cerca de três anos a ser escrita e foi apresentada, em Lisboa, Portugal, na semana passada.

O jurista Carlos Feijó descreve

o livro como o “primeiro que compreende todas as partes do direito administrativo e que trata, em particular, do direito administrativo angolano e de matérias jurídico-administrativas nacionais”, “apesar de existirem pequenos trabalhos”, sobre a matéria no mercado.

A obra, segundo o jurista angolano, serviu, ainda na fase de elaboração, de referência para um dos problemas “mais sensíveis”, um fenómeno jurídico “interessante” que Angola presenciou, que é a impugnação de um acto administrativo do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, por um grupo de advogados, contra a nomeação de Isabel dos Santos, para o cargo de presidente do conselho de administração

da Sonangol. “É a primeira situação que o país teve, desde 1975, em que um grupo de cidadãos impugnou um acto administrativo e político do Presidente da República, com fundamentos de nação popular. Os tribunais aceitaram, pela primeira vez. Isso marca uma viragem, do ponto de vista administrativo e da jurisprudência”, salientou.

A decisão foi “muito fundada”, segundo Carlos Feijó, apesar de, na altura, “não ter estado publicada com base na dogmática que se defende no manual”. “Dai a importância do manual para Angola”, destacou.

O livro procura tomar posição sobre os diferentes problemas, mesmo quando são difíceis ou quando a lei é omissa, advogou Diogo Freitas do



Carlos Feijó, professor de Direito angolano

Amaral, na apresentação da obra.

“Foi interessante aplicar os esquemas mentais que tinha forjado nos quadros do Direito português, aplicá-los ao estudo, à análise, à interpretação e à integração de lacunas das leis angolanas, que são, em muitos pontos, parecidas com as nossas (de Portugal), mas noutros tantos são diferentes, e integram-se noutras constelações que não apenas as do direito lusófono”, salientou.

A apresentação do livro coube ao presidente do conselho científico da Faculdade de Direito da Nova Lisboa, Jorge Gouveia, que qualificou a obra como sendo de “elevada qualidade científica, com clareza pedagógica”.

A edição do manual pertence à editora Almedina e contou, na apresentação, com figuras conhecidas da sociedade portuguesa, como o presidente Marcelo Rebelo de Sousa, e do meio académico.

FACE À DESVALORIZAÇÃO DO KWANZA

Ordem dos Advogados actualiza quotas

A Ordem dos Advogados de Angola (OAA) actualizou as quotas mensais aos profissionais efectivos e em regime de estágio, inscritos na instituição, por causa da depreciação do kwanza verificada o ano passado, segundo um despacho assinado pelo bastonário Hermenegildo Cachimbombo, a que o VALOR teve acesso.

A actualização está em vigor desde Janeiro, cabendo aos advogados pagar quotas de 6.600 kwanzas mensais e os estagiários 1.600 kwanzas.

A actualização é justificada tendo em conta a necessidade de assegurar “que o valor das quotas devidas pelos advogados e estagiários seja correspondente ao estipulado nos respectivos regulamentos, nomeadamente, o equivalente a 40 dólares para os advogados e cinco dólares para os estagiários” ao câmbio do Banco Nacional de Angola (BNA).

Antes desta actualização, os advogados pagavam um valor de 35 dólares de acordo com o câmbio oficial do BNA, o que se sig-

nificava um valor de cerca de três mil kwanzas.

A Ordem dos Advogados de Angola, segundo apurou o VALOR, debate-se constantemente com a falta de pagamento das quotas por parte dos associados, situação que põe em causa a sobrevivência da instituição.

Angola tem cerca de 1.700 advogados inscritos na Ordem, mas só 5% destes estão fora de Luanda e concentrados em três cidades: Benguela, Lubango e Benguela.



Somos todos nós



SOMOS PELA INFORMAÇÃO ISENTA.

Na TPA estamos todos de acordo: é preciso falar claro para entender a actualidade nacional e formar opinião. Por isso, o programa de análise e debate da TPA tem um novo rosto e formato. Assista ao painel de jornalistas experientes que comentam os principais temas da semana, liderados por **Adalberto Lourenço**.

Todas as sextas-feiras depois do Telejornal, em directo na [tpa](#).

Reposição às segundas-feiras à 01h.

FALAR
CLARO

Gestão

CONSELHOS DE ESPECIALISTAS PARA SE ATINGIR O SUCESSO

Gerir uma empresa exige regras

EMPREENDEDORISMO. Não faltam conselhos de como se pode e se deve gerir uma empresa, em 'sites' de informação ou em páginas especializadas. Gerir não é uma arte, mas sim uma ciência que obedece a determinados princípios. Com a ajuda de especialistas, o VALOR sugere sete regras fundamentais para ter sucesso num novo negócio.

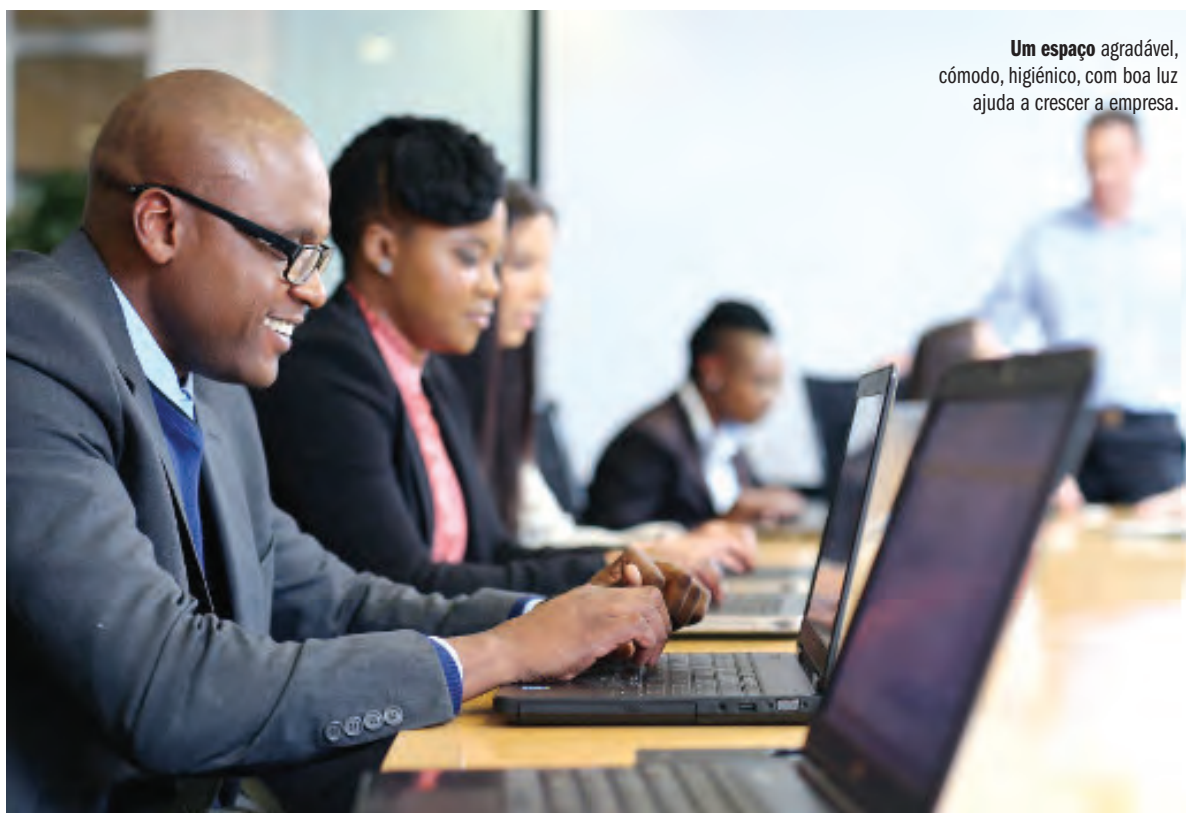
Por Emídio Fernando

1 CORRIGIR DE INÍCIO

Com a nova 'ideologia' angolana e incentivada pelo Governo, o empreendedorismo, os angolanos transformam-se quase 'um indivíduo-uma empresa'. Não falta espírito criador e empreendedor por cá. Basta, aliás, observar entre a 'zunga' e os negócios que nascem, em que se consegue resolver situações difíceis e contornar problemas. Por isso, há sempre um optimismo exagerado. O período que antecede à formação de uma empresa é sempre emocionante, tudo um 'mar de rosas'. Depois, é que se percebem os 'espinhos': a burocracia, os impostos, os processos, as falhas dos trabalhadores, a confiança. O angolano, por norma, opta pelo facilitismo: já lê pouco, sabe pouco, não opta pela formação e é indisciplinado. Corrigir isso é o primeiro passo – e muitas vezes, decisivo – para se alcançar o sucesso.

3 SISTEMAS PROFISSIONAIS

Não, não é um sistema de uma forma conotativa. É mesmo um sistema... informático. Ter um bom 'software' de gestão é a melhor forma de ter sempre a empresa actualizada com os lucros e as despesas, a facturação, o pessoal, os contactos e com o levantamento de todos os dados. Dependendo da empresa, há 'softwares' para quase todos os bolsos e necessidades.



Um espaço agradável, cómodo, higiénico, com boa luz ajuda a crescer a empresa.

4 SEPARAR FINANÇAS PESSOAIS

Nunca, mas nunca, se deve misturar finanças pessoais com as do negócio. O líder da empresa tem de definir, desde o início, um salário para ele, dentro da razoabilidade, não só da dimensão da empresa como da economia do país. E nunca tirar ou colocar um kwanza da ou na empresa. A rigidez neste comportamento pode ser uma chave para o sucesso e sobretudo não coloca em risco, nem as finanças da empresa, nem as pessoais.

5 SABER DIVULGAR O QUE SE FAZ

Neste mundo dominado pela comunicação, obrigatoriamente o negócio tem de ser anunciado. Deve haver, no plano de negócio, uma verba destinada a campanhas publicitárias, pequenas ou grandes, dependendo da dimensão do empreendimento. É aconselhável habituar a empresa a investir em anúncios regulares ao longo do ano. Quem não aparece é como se não existisse. Além de captar novos clientes, mantém os mais antigos fiéis. O orçamento para a campanha não se deve limitar à produção. A empresa tem de pensar no pagamento da criatividade. Quanto mais criativa for, melhor atinge o seu 'alvo'.

6 FORMAR, FORMAR, FORMAR

E a alma de todos os negócios ter gente bem formada em diversas áreas. A começar pelo director-geral que, além de dominar profissionalmente o objecto da empresa, deve ter conhecimentos de gestão, mas não só. E isso começa por investir na formação para toda a gente. Não só no início, mas com o decorrer do tempo. Quem dirige deve ainda formar-se em gestão de recursos humanos, psicologia de trabalho, negociação e motivação. A preparação dos profissionais, sejam muitos ou poucos, a vários níveis, é fundamental.

2 EQUIPA SEM FAMÍLIA E AMIGOS

O erro mais comum, na cultura lusófona, é começar a contratar em... casa, familiares ou amigos. É essa a primeira tendência que, muitas vezes, alertam os especialistas, é fatal para a empresa. Por norma, amigos e familiares comportam-se como 'cães fiéis', evitando dar conselhos, advertências ou sugerindo ideias, e sentem-se também donos da empresa. Assim, a recomendação, parecendo óbvia, tem de ser repetida: procurar profissionais do ramo, sem ceder a pressões da família. Traçar um perfil do que se pretende deve ser um dos primeiros passos para ir à procura no mercado. E tentar juntar esses profissionais com estagiários, de forma a formá-los e a criar outros bons profissionais.

7 SENTIR-SE EM CASA

Ter um bom ambiente de trabalho, logo à partida, pode fazer a diferença. A começar pelas relações de respeito, mas de camaradagem entre todos os trabalhadores, a começar pela liderança. Um espaço físico agradável, cómodo, higiénico, com boa luz e um bom ambiente ajuda a fazer crescer a empresa. Quem trabalha deve sentir-se em casa.

Potenciar o futuro de África



Alpha Condé

Quando os líderes do G20 estiverem reunidos no final deste ano em Hamburgo, na Alemanha, o investimento no futuro de África vai estar na agenda como uma das prioridades. A chanceler alemã, Angela Merkel, já se comprometeu a usar a presidência do fórum para promover “o crescimento sustentável e o emprego” no continente, com o foco em “investimentos nas infra-estruturas e nas energias renováveis”. A energia não é uma necessidade nova para muitos africanos. Enquanto partes de África são ricas em energia, a oferta continua frustrantemente pobre na maior parte do continente. Na verdade, o Banco Africano de Desenvolvimento calcula que cerca de 620 milhões de africanos vivem sem acesso a uma electricidade confiável.

Com as economias avançadas agora a mostrar vontade em dar apoio aos esforços para ampliar a disponibilidade desta necessidade humana básica, talvez tenha chegado a hora de se inverterem as estratégias para abraçarmos um dos maiores desafios de desenvolvimento e de sociedade de África. De acordo com a Agência Internacional de Energia, África representa 13% da população mundial, mas apenas 4% usa energia. Enquanto os moradores de Londres ou de Nova Iorque se podem queixar de uma banda larga lenta ou de comunicações móveis de má qualidade, muitas pessoas em cidades, vilas e aldeias africanas ainda lutam pelo acesso à electricidade básica que possa iluminar as suas casas e alimentar os negócios. Em 36 países africanos, apenas duas em cada cinco pessoas têm electricidade ao longo do dia. Nos restantes países, essa média é de menos de um por cada dez habitantes. Não é de surpreender que tantos jovens africanos acreditem que a esperança reside em viajar para a Europa. Ter uma electricidade confiável é mais do que apenas alimentar escolas, hospitais e casas. Uma fonte confiável de energia pode permitir que os jovens desenvolvam capacidades, encontrem emprego e criem negócios - e podem permitir que as empresas possam

competir em condições de igualdade nos mercados regionais e internacionais. Como a electricidade é fundamental para o desenvolvimento económico, dar às comunidades e às empresas acesso a uma energia confiável, limpa e acessível será a minha prioridade máxima durante a presidência da União Africana.

Como sugere a agenda do G20 em Hamburgo, os países africanos e ocidentais têm agora um incentivo comum para trabalhar em conjunto para resolver as deficiências de desenvolvimento de África. O continente não pode perder gerações de jovens talentos para países como Alemanha, França e Itália e os europeus não podem continuar a lutar contra o fluxo de migrantes. Entre as melhores maneiras de reverter essas tendências está a cooperação com as economias desenvolvidas, particularmente na energia.

As oportunidades para as parcerias abundam. De acordo com um relatório de Fevereiro de 2015, elaborado pela McKinsey & Company, África tem uma extraordinária reserva energética inexplorada, incluindo cerca de 10 terawatts potenciais de energia solar, 350 gigawatts de energia hidroelétrica, 110 gigawatts de energia eólica e 15 gigawatts adicionais de energia geotérmica. Considerando que, uma vez que é demasiado caro para explorar os vastos recursos renováveis de África, a tecnologia fornece soluções que promovem novas empresas e novas oportunidades. Com investimentos internacionais suficientes, África terá a oportunidade de aproveitar e utilizar esses recursos.

Já vimos o impacto que as novas fontes de energia podem ter nas cidades africanas. Há dois anos, os moradores de Conakry, capital da Guiné, não podiam ter luz em casa durante mais de seis horas por dia e as empresas não tinham electricidade necessária para trabalhar. Agora, graças à construção da hidroelétrica de Kaleta pela China International Water & Electric Corporation, as empresas têm energia confiável durante 24 horas por dia.

E não é apenas na Guiné. Desde os vastos projectos pan-africanos de energia eólica e solar de Lekela, até parques eólicos no Quênia e projec-

tos solares no Ruanda e na Tanzânia, grandes e pequenos países africanos estão a aproveitar os recursos naturais para criar empregos e produzir energia limpa e acessível.

O que é ainda mais emocionante é que esses projectos não surgem isoladamente. Estão a ser planeados juntamente com um impulso mais amplo para criar uma rede de capacidade de geração de energia em escala industrial em todo o continente.

A colaboração e os investimentos internacionais são essenciais para esses esforços. Graças aos parceiros internacionais, na África Ocidental, uma interligação eléctrica inovadora vai permitir exportar energia da Costa do Marfim para a Libéria, Serra Leoa e Guiné. E esta será a primeira de várias novas iniciativas público-privadas destinadas a transformar o modo como os países africanos encaram as políticas energéticas.

Se conseguirmos este objectivo, não só reforçaremos a capacidade das economias africanas de proporcionar empregos, como estamos a dar um futuro aos nossos jovens. Vamos abrir novas oportunidades comerciais tanto em África como no Ocidente.

Tendo passado o último ano a coordenar a política energética na União Africana, tive um crescente sentimento de impaciência dos líderes políticos africanos, que é partilhado por muitos dos nossos cidadãos. Mas os líderes africanos estão a demonstrar uma nova determinação para melhorar as perspectivas das gerações mais jovens, inclusive para electrificar as nossas economias. Nunca vi os líderes políticos de África tão concentrados em superar alguns dos desafios que têm imobilizado o nosso continente por tanto tempo. Trabalhando com parceiros internacionais nos sectores público e privado, podemos traçar um caminho novo e próspero para África e um futuro esperançoso para a nossa juventude. Se os líderes africanos juntarem a sua determinação com a promessa do G20 de investir em parcerias para a construção de infra-estruturas, o futuro de África será brilhante.

Presidente da Guiné-Conakry e presidente da União Africana.

Os países africanos e ocidentais têm agora um incentivo comum para trabalhar em conjunto para resolver as deficiências de desenvolvimento de África. O continente não pode perder gerações de jovens talentos para países como Alemanha, França e Itália e os europeus não podem continuar a lutar contra o fluxo de migrantes.

Internacional

SONDAGENS DESFAVORÁVEIS

Michel Temer em queda

A liderança de Michel Temer, no Brasil, é considerada boa por apenas 10,3% da população brasileira, indica uma sondagem divulgada pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT).

Os números registados, em Fevereiro, apontam para uma queda significativa de popularidade em relação à amostra divulgada em Outubro, quando a gestão do presidente brasileiro era considerada boa por 14,6% dos entrevistados.

A avaliação do governo de Michel Temer é negativa para 44,1% e regular para 38,9% dos brasileiros. Nesta pesquisa, 6,7%

disseram que não sabiam opinar.

A pesquisa também se debruçou sobre a corrupção no Brasil, assunto constantemente alimentado pelas descobertas da 'Operação Lava Jato', que apura irregularidades cometidas na estatal Petrobras e em outros órgãos públicos.

Ao comparar a corrupção no governo de Michel Temer com o da antecessora Dilma Rousseff, 48,8% dos entrevistados consideram que o nível de corrupção é igual. Mas, para 31,5%, havia mais corrupção tempo de Dilma Rousseff, e 16,1% acha que há mais corrupção no de Michel Temer.



Governo de Michel Temer é considerado bom por apenas 10% da população.

PRESIDENTE DOS EUA PROMETE MEDIDAS PARA ESTA SEMANA

Trump: cercado por 'quase' todos



Donald Trump promete um novo texto mais completo e mais "certo".

ESTADOS UNIDOS. As polémicas à volta de Donald Trump teimam em não parar. Enquanto o presidente norte-americano se vira contra a imprensa, os filhos são acusados de suborno no Brasil. O líder norte-americano promete ainda voltar 'à carga' com a lei contra os imigrantes.

Por Redação

A s autoridades judiciais brasileiras estão a investigar um investimento dos filhos do presidente dos EUA num hotel no

Rio de Janeiro, suspeitando de benefícios para o grupo Trump através de "pagamentos ilícitos e subornos".

De acordo com a investigação das autoridades brasileiras, citada pela agência financeira Bloomberg, "os investigadores dizem que o Grupo Trump, num negócio feito pelos filhos Ivanka e Donald Junior, acabaram por gerir um hotel financiado por pessoas duvidosas, um fundo de pensões devasso e assente na corrupção".

Em causa, está a ligação do Grupo Trump a um hotel na linha da praia do Rio de Janeiro e a possibilidade de o fundo FIP LSH, que é o dono do hotel, ter subornado dois fundos de pensões em troca de 41 milhões de dólares em investimento e de ter artificialmente inflacionado o valor da propriedade.

Ninguém do Grupo Trump ou da própria empresa foi visado na investigação, mas o gabinete da procuradoria federal brasileira questiona o nível de profundidade da 'due dilligence' [conjunto de investigações sobre os parceiros e a proveniência do finan-

ciamento dos negócios] levada a cabo pelo Grupo Trump. "É curioso que os Trump pareçam não saber que o seu maior negócio no Brasil era financiado por investidores duvidosos", comentou Ricardo Ayres, um deputado no estado de Tocantins, que lidera uma investigação sobre o fundo de pensões dos funcionários públicos.

O advogado do Grupo Trump, por seu lado, diz que a 'due dilligence' foi realizada no projecto do Rio, e que o desconhecia "quaisquer irregularidades". O desconhecimento, assegura o parceiro de negócios local, era verdadeiro: "eles estavam muito preocupados" em cumprir a lei que regula os negócios das empresas norte-americanas no exterior, o U.S. Foreign Corrupt Practices Act, disse Paulo Figueiredo Filho, que negociou o acordo com os Trump em 2013.

As autoridades que falaram à Bloomberg sob anonimato consideram que o Grupo devia saber que a 'due dilligence' não termina quando o acordo é assinado, e que as discrepâncias entre os custos de investi-

mento e o valor das avaliações são um sinal de corrupção, que pode ter beneficiado o grupo do presidente dos EUA. Enquanto no exterior, Trump se debate com estas acusações, internamente solicitou o apoio do bilionário Stephen Feinberg, da Cerberus Capital Management, para analisar os vários serviços de informações e para fazer recomendações para melhorar a sua eficiência

Donald Trump prometeu reprimir as fugas de informação e aumentar o controlo sobre os serviços de informações. A decisão, no entanto, não foi bem recebida e tem sido interpretada como uma retaliação contra a investigação de alguns dos seus assessores pelas ligações à Federação Russa.

O líder dos EUA acusa os democratas de plantarem "notícias falsas" sobre as relações com a Rússia, como retaliação por terem perdido a eleição.

VOLTA À CARGA

Depois de ter visto chumbado o primeiro projecto, Donald Trump promete apresentar um novo decreto sobre imigração. O texto anterior impedia a entrada nos EUA de cidadãos de sete países muçulmanos, mas foi recusado pelo Tribunal. A Casa Branca recorreu da decisão, mas um tribunal de recurso de São Francisco manteve a suspensão do decreto.

Donald Trump promete um novo texto mais completo e mais "certo" para impedir a entrada de refugiados desses países.

41

milhões de dólares foram usados pelos filhos de Trump para subornar fundos de pensões.

SETE PESSOAS morreram e outras 130 mil foram afetadas em Inhambane na sequência de um ciclone tropical que atingiu as províncias do sul de Moçambique.



PELA PRIMEIRA vez desde que foi aprovado o 'Brexit', o ex-primeiro ministro britânico Tony Blair anunciou a intenção de apelar aos britânicos a fazer pressão para voltar atrás no referendo e insistam em manter-se na União Europeia.



ACUSADO DE CORRUPÇÃO

Líder da Samsung preso

Jay Y. Lee, vice-chairman da Samsung, foi preso pelas autoridades sul-coreanas sob a acusação de suborno, perjúrio e peculato, de acordo com uma notícia da Bloomberg. A decisão das autoridades da Coreia do Sul

compromete a ascensão de Jay Y. Lee à liderança da Samsung.

O Tribunal Distrital Central de Seul emitiu um mandato de detenção na desta sexta-feira, em nome do vice-chairman da tecnológica e neto do fundador da empresa. A decisão de deter Lee ocorreu devido aos riscos de que ele pudesse destruir provas ou fugir do país, de acordo com



Jay Y. Lee
vice-chairman da
Samsung

um porta-voz do tribunal citado pela Bloomberg.

A investigação está, por esta altura, a debruçar-se sobre se Lee esteve envolvido na atribuição de cerca de 40 milhões de dólares, à amiga da presidente da Coreia do Sul, Park Geun-hye. A investigação quer perceber se, de facto, deu esse dinheiro a troco do apoio do governo na sucessão da Samsung. A tecnológica foi fundada pelo avô de Lee e os procuradores alegam que o vice-chairman financiou associados da presidente à medida que tentava consolidar o seu poder no conglomerado empresarial.



Para além de Angola, fazem parte mais 10 países.

CONVENÇÃO A PARTIR DE MARÇO

Armas mais controladas

A Convenção da África Central para o Controlo de Armas Leves e de Pequeno Porte entra em vigor a 8 de março, um mês depois de Angola ratificar o acordo. As novas regras só entram em vigor este ano porque precisavam de serem ratificadas por mais de metade dos membros. Esse processo ficou concluído a 08 de fevereiro com a ratificação de Angola.

O documento, conhecido como Convenção de Kinshasa, pretende combater o comércio ilegal e o tráfico de armas leves na África Central e foi assinado em 2010 e 2011 por 11 Estados.

São Tomé e Príncipe, o outro país lusófono que assinou a convenção, ainda precisa de ratificar

o documento no parlamento,

No site do Escritório da ONU para Drogas e Crime, a líder do Programa Global de Armas de Fogo, Simonetta Grassi, explica que "a Convenção de Kinshasa adopta medidas mais exigentes do que outros instrumentos e beneficia claramente destes outros instrumentos adotados anteriormente." "A entrada em vigor fortalece a moldura legal já existente e estabelece elevados critérios para a região, criando, ao mesmo tempo, oportunidades de harmonização entre regiões, sobretudo com a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)", explicou a especialista.

Além de Angola e São Tomé e Príncipe, fazem parte do acordo Burundi, Camarões, Chade, República Democrática do Congo, Guiné Equatorial (que ainda não ratificou), Gabão, República Centro-Africana, Ruanda e Congo-Brazzaville.

DESACORDO

Unilever rejeita Heinz

A dona das marcas internacionalmente comercializadas, Dove, Flora e Becel, rejeitou uma oferta da fábrica dos molhos Heinz e do queijo Philadelphia. Caso se concretizasse, seria a maior aquisição de sempre na história do sector alimentar.

A norte-americana Kraft Heinz, que tem Warren Buffett como um dos principais accionistas, em comunicado, citado pelo Financial Times, a Kraft Heinz revelou que realizou uma "oferta global" pela Unilever, com vista a "unir os dois grupos para criar uma companhia líder em produtos de grande consumo, com uma missão de crescimento a longo prazo e estilo de vida sustentável".

Mas, até à tarde de sexta-feira, a oferta foi sem sucesso, com a recusa da Unilever.



Modibo Ibrahim Touré,
líder do UNIOGBIS

ALERTA DA ONU

Desconfiança na Guiné

O representante do secretário-geral da ONU para a Guiné-Bissau advertiu para a possível "instauração progressiva de um clima de desconfiança entre os actores políticos" guineenses, "agravado por ataques verbais e acusações mútuas de diversa ordem". Modibo Ibrahim Touré lidera ainda o Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau (UNIOGBIS).

O Conselho de Segurança da ONU debateu, à porta fechada, a situação na Guiné-Bissau e deve renovar a sua missão de consolidação da paz esta semana.

Modibo Ibrahim Touré fez um retrato negativo da situação, lem-

brando que "quatro meses depois [da assinatura do Acordo de Conacri], dia após dia, o impasse perdura" e que o espírito de colaboração do documento "foi substituído por uma lógica de dissensão e polarização".

O acordo entre dirigentes políticos da Guiné-Bissau assinado em Outubro na Guiné-Conacri previa a nomeação de um governo de consenso e a resolução da crise interna no PAIGC, partido que venceu as eleições de 2014, mas não foi cumprido.

Apesar do aplauso generalizado da comunidade internacional para o processo eleitoral de 2014, a Guiné-Bissau entrou novamente numa crise política sem solução à vista depois de o Presidente da República, José Mário Vaz, ter demitido o primeiro-ministro eleito, Domingos Simões Pereira em Agosto de 2015.

Ambiente

A cada ano, cerca de 300 lobos morrem na Itália nas mãos de caçadores clandestinos.



Mério Mujicic © VE

CAMPANHA GERA INDIGNAÇÃO

Itália reduz lobos

A Itália prepara-se para aprovar, ainda este mês, um plano para reduzir a crescente população de lobos, uma medida que gera protestos apesar do aumento dos danos causados pelo chamado ‘Canis lupus italicus’ a

cultivos e a outros animais, como ovelhas, veados e javalis.

O governo estuda um ‘Plano de Protecção e Gestão’, que deverá ser ratificado pelo Parlamento.

Incluídos na lista de animais protegidos desde 1971, os lobos italianos encontram-se nos Alpes (entre 100 e 150 exemplares) e principalmente nos Apeninos, da Calábria à Ligúria, com uma população estimada entre 1.070 e 2.472 espécimes.

90

É o número de lobos que se permite caçar anualmente na Itália.

Embora não tenha sido realizado um censo exacto e não haja estatísticas disponíveis sobre os danos que os lobos causam, o aumento da sua população começa a ser um problema no país.

O principal do sindicato dos agricultores, Stefano Masini, do Coldiretti explicou à AFP que “os ataques contra o gado multiplicaram e chegam inclusive a atacar de dia”.

Para melhorar a convivência, o novo plano inclui 22 medidas que vão desde um censo completo até o desenvolvimento de cercas eléctricas, trâmites de indemnização e reembolsos mais rápidos aos agricultores prejudicados.

Uma das medidas polémicas é a autorização à caça de até 5% dos lobos na península, o que representa de 75 a 90 animais por ano.

ONG de defesa dos animais, como o Fundo Mundial para a Natureza (WWF), lançaram uma grande mobilização nas redes sociais com o lema ‘SOS Lobo’ para proteger a espécie. Cerca de 130 activistas da EcoRadicali iniciaram uma greve de fome contra o projecto. De acordo com uma denúncia do activista Fabrizio Cianci, secretário da EcoRadicali, “a cada ano cerca de 300 lobos morrem na Itália nas mãos de caçadores clandestinos”. O responsável teme que a “liberalização” efectiva da caça, com autoridades pouco motivadas a realizar controlo.

Diante do escândalo, algumas autoridades de regiões menos afectadas - como Lazio e Apúlia - desvincularam-se do plano.

O ministro do Ambiente da Itália, Gian Luca Galletti, considera que “a conservação do lobo é um assunto sério demais para se deixar influenciar pelo clamor dos meios de comunicação, ou do populismo”, segundo um comunicado.

“Se as outras 21 medidas forem aplicadas correctamente, com os recursos financeiros necessários, não haverá necessidade de recorrer ao sacrifício”, defendeu Coldiretti.

A organização baseia os números num inquérito a 59 famílias.



NA GUINÉ-BISSAU

Mais telemóveis do que latrinas

A

Patricia Maridalho, garante que numa aldeia da Guiné-Bissau havia “110 telemóveis e 17 latri-

nas, o que mostra o muito que há por fazer”.

A organização baseia os números num inquérito a 59 famílias. O exemplo sobre as grandes assimetrias de desenvolvimento em África foi dado no final de uma conferência sobre ‘Que caminhos para o Desenvolvimento Africano’, que decorreu na faculdade de Economia da Universidade Nova, em Lisboa.

A forte utilização que os africanos fazem das novas tecnologias tem sido um dos temas tratados em várias conferências e artigos académicos, que salientam que este ‘salto tecnológico’ em que, por exemplo, há muitos telemóveis, mas poucas linhas terrestres, fica bem expresso na forte utilização dos serviços móveis bancários e nas redes sociais no continente

©

© picture alliance/Mika Schmidt

Educação & Tecnologia

CPLP

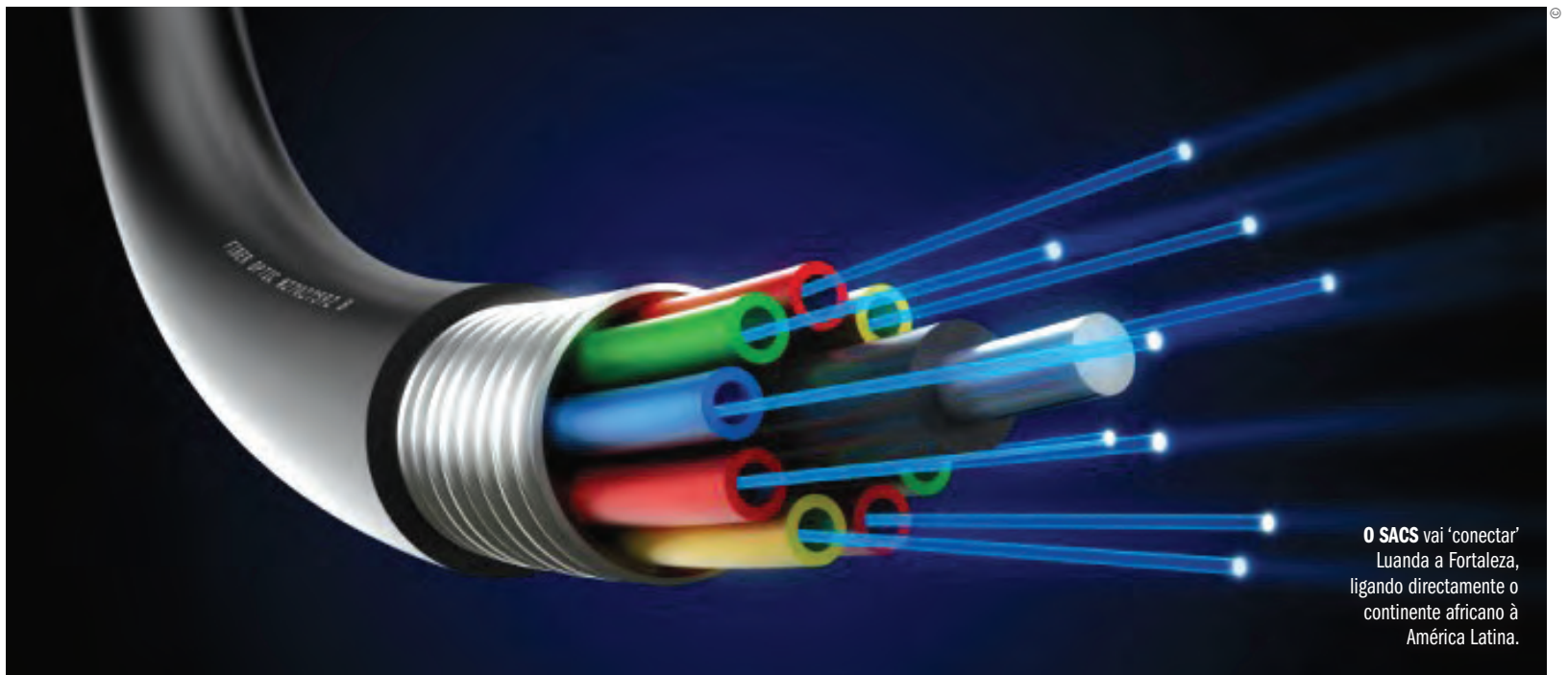
investimentos em projectos digitais

Os reguladores das comunicações e telecomunicações da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) debateram a criação de uma agenda de projectos digitais para o espaço lusófono.

Filipe Baptista, secretário-geral da Associação de Reguladores das Comunicações e Telecomunicações da CPLP, explicou à agência Lusa que a nova assembleia-geral da organização ficou marcada também pela adesão formal dos reguladores da Guiné-Equatorial e Timor-Leste.

O facto de a Associação de Reguladores de Comunicações e Telecomunicações da CPLP (ARCTEL) juntar nove países distribuídos por quatro continentes (África, Europa, América do Sul e Ásia) é, para Filipe Baptista, “um enorme desafio, mas também uma vantagem” por permitir compreender melhor os desafios globais no sector das telecomunicações.

O secretário-geral da ARCTEL fala na possibilidade de os países aprenderem uns com os outros, no processo de migração do analógico para o digital, evitando os erros cometidos.



O SACS vai ‘conectar’ Luanda a Fortaleza, ligando directamente o continente africano à América Latina.

CABO LIGA ÁFRICA ÀS AMÉRICAS A PARTIR DE ANGOLA

Fibra óptica a quase 50% pronto

TELECOMUNICAÇÕES. O projecto entrou numa primeira fase que vai ligar, por cabo submarino, Angola ao Brasil. Depois, segue para os EUA. São mais de 6.200 quilómetros de rede que vai custar mais de 300 milhões de dólares.

Por Pihia Rodrigues

O sistema de cabos de fibra óptica que vai ligar Angola e África ao continente sul americano (SACS) está a 46% de conclusão, informa a multinacional angolana que desenvolve o projecto, Angola Cables.

O projecto assinalou um marco importante na instalação com a finalização do estudo preliminar de levantamento e inspecção no percurso a ser feito pelo SACS, terminado em Luanda a 11 de Fevereiro.

O Survey – o estudo do percurso do cabo – é das principais etapas para a produção de informações que definem a rota e o tipo de revestimento do cabo, redu-

zindo, deste modo, o risco de ruptura do mesmo na interacção com as rochas do mar.

Este estudo foi efectuado por um navio especializado pertencente à companhia Gardline Brasil denominado Ocean Endeavour, durou mais de um mês e meio e exigiu a participação de cerca de 50 técnicos na embarcação. Actualmente, encontra-se atracado na base da Sonils, em Luanda, a aguardar pela troca da tripulação.

Clementino Fernando, técnico da Angola Cables, considera este processo por fases das “mais importantes” porque a informação resultante do estudo “vai permitir que o fornecedor acabe de fabricar o cabo com o revestimento mais apropriado, de acordo as características do terreno, além de definir as características dos repetidores e terminar o desenho final de potência”.

300

Milhões de dólares, custo de projecto da rede que vai ligar África às Américas.

6200

Dimensão do cabo submarino quando atingir o ponto final, em Miami, nos EUA.

Estendendo-se por mais de 6.200 quilómetros de rede no Atlântico Sul, o SACS vai ‘conectar’ Luanda à cidade brasileira de Fortaleza, ligando directamente o continente africano à América Latina pela primeira vez, tornando possível as transmissões internacionais de dados em grandes volumes e à alta velocidade entre estes dois pontos do globo.

A partir de Fortaleza, o SACS será ‘conectado’ a outro sistema de cabo, o Monet, que segue para Miami, na Florida, ligando directamente Angola e África aos Estados

Unidos da América. Os dois sistemas estão a ser desenvolvidos pela Angola Cables e estão orçados em mais de 300 milhões de dólares.

O SACS incorpora tecnologia óptica de ponta capaz de disponibilizar o mais avançado sistema de telecomunicações submarino, em conjunto com um sistema de controlo baseado no conceito inovador de (SDN), uma solução tecnológica usada para responder às aplicações que necessitem de largura de banda intensa. O Cabo Sumarino terá uma capacidade inicial de 40Tpbs (100Gbps x 100 wavelengths x 4 fiber pairs).

Para o CEO da Angola Cables, António Nunes, o principal objectivo da companhia é “melhorar a qualidade da comunicação” entre África e as Américas, criando uma rota nova no hemisfério sul, para atender a demanda do tráfego e às crescentes necessidades de troca de dados da região, tanto actuais, como futuras, disse.

A Angola Cables é uma empresa criada em 2009 por cinco dos principais operadores de telecomunicações de Angola. A principal actividade da empresa é a gestão das comunicações internacionais entre Angola e o resto do Mundo, através de cabos submarinos de fibra óptica.

Marcas & Estilos

'Ninhos' incomuns

Esta poltrona da Autoban foi inspirada num acolhedor e roscado ninho de pássaro com fusos adornados. O encosto da cadeira combina com o conforto e o modernismo. O design orgânico da poltrona apresenta um estilo incomum e artístico com espiral de uma ampulheta.



Acabamento subtil

Trabalhada num luxuoso couro italiano, o casaco John Varvatos é reforçado com vários detalhes de costura e um acabamento enrugado. Um brilho leve acentua as texturas impressionantes com um efeito de tons subtils.



Luxos do Velho Mundo

Os ténis da Primo Castagna são inspirados pelas belas peças de couro que se vêem apenas nas ruas de Milão, Itália. O couro de mogno escovado manualmente exala essa combinação perfeita do luxo do Velho Mundo.



Prismas binoculares

Estes binóculos da Leica, em prismas de telhado impermeáveis com correcção, impressionam com o seu tamanho e excelente desempenho óptico. Mais brilhante e mais nítida do que outros binóculos deste tamanho de lente.



Detalhes

As sandálias de camurça da Alexander Wang Tan dão um formato quadrado aos dedos, com detalhes em tiras de gaiola. A sola de couro em preto carrega uma costura tonal de couro original.



Coisas de princesa

Lançado como parte da colecção da Björn Weckström, no final da década de 1960, a Planetoid Valleys tornou-se a peça mais renomada de jóias da Lapponia internacionalmente em 1977, depois de aparecer no filme Star Wars de George Lucas. A jóia foi usada pela princesa Leia (Carrie Fisher) na última cena do filme.



TURISMO

Bons ares

Nenhuma outra cidade latino-americana permite mergulhar num pedaço da Europa como Buenos Aires, na Argentina. Os palácios e mansões, herança do passado glamouroso, esbanjam charme e elegância. A cidade preservou os edifícios históricos do século XIX e são essas construções que dão o "ar europeu". Os turistas são atraídos por cafés, livrarias, pela gastronomia, além das famosas carnes e espetáculos de tango. E também pela badalada vida cultural, com museus e centros culturais. Buenos Aires possui um pulmão verde no bairro de Palermo. A Casa Rosada, a Feira de San Telmo, o Caminito, os bosques de Palermo e a Calle Florida são os lugares mais visitados.



AUTOMÓVEL

Chegou o carro voador

Com o trânsito de Luanda, quem nunca sonhou ter um carro voador? A solução já chegou. A era começou com o PAL-V Liberty Pioneer Edition. O carro já está à venda, mas com um preço proibitivo: mais de 500 mil dólares. O custo inclui aulas de pilotagem e diversas opções suplementares que não serão oferecidas no modelo de base. O modelo de lançamento tem entregas previstas para o final

de 2018. Fabricado pela holandesa PAL-V, vão ser produzidos nessa primeira fase, 90 exemplares, dos quais cerca de metade serão para a Europa.

O carro tem três rodas, asas e rotor retráteis para poder circular nas estradas, dois motores, um para voar e outro para a estrada, e dois lugares.

A descolagem e a aterragem necessitam de um espaço de cerca de 200 metros sem obstáculos.



AGENDA

LUANDA

21 A 14 DE MARÇO

Exposição de pintura 'Peregrinação à Memória', de António Gonga, no Centro Cultural Português. Às 18h30. Entradas livres.

22 DE FEVEREIRO

Apresentação do Livro 'Kaluanda - Uma Viagem por Luanda', de Edson Azevedo, no Centro Cultural Português. Às 17 horas. Entradas livres.

DE 23 A 25 DE FEVEREIRO

O projecto Artevida apresenta a peça teatral 'Uma M que se chama arte', no Elinga Teatro. Bilhetes a 2.000 kwanzas. Às 20 horas.

25 DE FEVEREIRO

Rastafari Arte - cultura apresenta, em tributo a Bob Marley, o 'Angola Reggae Bashment 2017', no restaurante Tia Magui, Kapalanga. Às 15 horas.

4 DE MARÇO

1.ª Edição do festival de música electrónica 'NocalMusic', com atrações internacionais dos DJ Erick Morillo e Pete Tha Zouk. De Angola os Afro Warriors, os Afrobrothers, Ruca Moreira e DJ Nilson. Na Fortaleza de São Miguel. Bilhetes a 8.000 kwanzas.

“O Estado tem responsabilidades inalienáveis, como definir e aprovar uma política do livro coerente e ajustada ao contexto nacional, em que um dos eixos seja criar uma verdadeira rede de bibliotecas públicas e escolares.”

ARLINDO ISABEL, EDITOR DE LIVROS

“As editoras pagam os mesmos impostos das bebidas espirituosas”

ENTREVISTA. O dono da Mayamba Editora lamenta que quem produz livros pague os mesmos impostos que os vendedores de bebidas espirituosas. Em entrevista ao VALOR, Arlindo Isabel lembra as “responsabilidades inalienáveis” do Estado para com o livro e defende que devem ser as editoras nacionais a editar os manuais escolares.

Por Onélio Santiago

Em que medida a crise afectou a edição de livros?

A impressão feita localmente já era cara, mas voltou a registar um incremento, de tal sorte que qualquer livro impresso em Angola entra no mercado a preço muito elevado, o que inibe as vendas. Para o consumidor, que, em virtude da inflação, viu diminuir o poder de compra e como o livro nunca esteve nas prioridades da maioria das famílias, a situação agudizou-se ainda mais com a crise.

Como funciona a edição de livros na ‘Mayamba’?

Cuidamos do original até à fase de ir para a impressão, isto é, fazemos a revisão linguística e, às vezes, de conteúdo, da paginação/maquetagem e da capa. A impressão é feita em gráficas, que são indústrias. Depois de impresso, volta à editora para tratar do lançamento/apresentação, da distribuição pelas livrarias clássicas e pelas grandes superfícies comerciais, da promoção e venda em feiras e exposições.

Por que razão a ‘Mayamba’ não tem projectos para a descoberta e lan-

çamento de autores jovens?

Os autores, jovens ou não, sabem da existência da Mayamba. Muitos vão ter connosco, submetem-nos os projectos e, depois de avaliados, decidimos ou não publicá-los. E alguns têm sido publicados. É evidente que não podemos publicar todos. Não é possível! Não é possível que uma editora consiga satisfazer as solicitações de todos os autores. A grande limitação prende-se com os custos editoriais e pelas condições estruturais.

Há quem entenda que as editoras não se preparam e, depois, culpam o Estado pelas dificuldades...

Nunca culpei o Estado. Quem cria uma empresa deve, em primeiro lugar, avaliar os riscos. O Estado, entretanto, tem responsabilidades inalienáveis, como definir e aprovar uma política do livro coerente e ajustada ao contexto nacional, em que um dos eixos seja criar uma verdadeira rede de bibliotecas públicas (provinciais e municipais) e escolares e dotá-las de ‘fundos de aquisição’ que as habilite a comprar dois a três exemplares de cada título produzido pelas editoras angolanas. Só esta medida poderia significar a venda directa de cerca de 1/3 de cada edição de uma



editora; confiar, exclusivamente, às editoras angolanas o negócio dos manuais escolares. Outro eixo é reduzir ou mesmo isentar as editoras do pagamento de impostos por 20 anos, que pendem sobre as empresas de edição, porque o negócio do livro não é um negócio qualquer. As editoras angolanas, dignas desse nome, fiscalmente colectadas, pagam os mesmos impostos como quem vende bebidas espirituosas, como o famoso e criminal

The Best, e tabaco. O Estado ganharia mais com uma produção cultural de qualidade e barata, acessível a todos os estratos sociais.

Actualmente, quanto custa a edição de um livro?

Depende das características do livro: do volume, formato, tipo de papel, tiragem; se é ficção ou se é ensaio. Como em relação à carne, depende de quantos quilos e da qualidade, se é de primeira, segunda ou terceira.

PERFIL

Arlindo João Carlos Isabel nasceu na Damba, no Uíge, a 18 de Janeiro de 1960. Jornalista de formação, com licenciatura e mestrado na Universidade Oriente de Cuba, é casado e já foi director do Instituto Nacional do Livro e do Disco. Actualmente, partilha a função de editor literário (e dono) da Mayamba Editora com o cargo de chefe do gabinete de informação científica e documentação da Universidade Agostinho Neto (UAN).

Alguns dos melhores escritores da actualidade publicam em editoras estrangeiras. As angolanas não os atraem?

Julgo não ser por um problema de falta de qualidade e de confiança nas editoras angolanas. É uma questão do contrato que cada um assinou com a respectiva editora estrangeira. Suspeito que alguns assinaram contratos de exclusividade extensivos a todo o espaço de língua portuguesa. Não conheço os termos dos referidos contratos, por isso, não posso ser preciso.

Poderia viver só como editor de livros?

Sim! É arriscado, mas é possível.

Como funciona a parceria com os escritores publicados pela Mayamba?

A relação é regida por contratos individuais de livro a livro com cada autor/escritor.

Que percentagem o autor, publicado pela Mayamba, recebe pela venda de livros?

Universalmente, as percentagens para direitos de autor variam entre cinco e 10% (poesia), 10 e 12% (ficção narrativa e ensaio). Pode haver contratos que podem ser mais negociados caso a caso.

NÚMEROS DA SEMANA

1,651

Milhões de barris, quantidade de 'ouro negro' produzida por Angola, em Janeiro, colocando-o na liderança dos países africanos produtores de petróleo.

35

Milhões de barris de petróleo, quanto a Sonangol e suas associadas do Bloco 17 prevêem produzir de reserva adicional no projecto Dália Fase 2A, anunciou a petrolífera estatal, em comunicado.

1,76

Mil milhões de dólares é o resultado das relações comerciais entre Angola e o Reino Unido em 2015, superiores em 1,5% aos registados no ano anterior.

67

Mil milhões de kwanzas, orçamento alocado a Benguela, sobre o qual o governo local asusmiu o compromisso de uma melhor execução no presente ano económico.

POR ORDEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado resgata Baía de Luanda

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, ordenou, na semana passada, a restituição para o Estado, com "efeitos imediatos", a componente pública do projecto de requalificação da Baía de Luanda, resgatando nomeadamente a totalidade dos direitos de concessão de 13 parques de estacionamento.

O projecto de requalificação da Baía de Luanda, orçado em 113,6 milhões de dólares, sem ónus ao Estado, é uma iniciativa do consórcio

Luanda Waterfront Corporation, do empresário português José Récio, lançado em 2003.

O decreto presidencial, citado pela Lusa, "aprova a reversão para o Estado com efeitos imediatos, de toda a componente pública do Projecto de Requalificação e Reordenamento da Marginal de Luanda". Além de proceder "ao resgate por utilidade pública da totalidade dos direitos de concessão" dos 13 parques de estacionamento localizados

naquele perímetro, avaliados em 2,03 mil milhões de dólares.

Em causa estão cerca de 2.740 lugares de estacionamentos, espaços comerciais e publicitários, antes controlados pela "Luanda Waterfront Corporation através da Sociedade Baía de Luanda", que previa explorar o espaço em 30 anos.

Os motivos que estiveram na base desta medida não foram, até ao fecho desta edição, oficialmente revelados.

O Projecto de Requalificação e Reconversão Urbana da Zona da Marginal existe desde 2000. Em 2004, foi submetido à ex-ANIP para apreciação e, em Agosto de 2012, foi inaugurada a sua primeira fase, num acto dirigido pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

O projecto tem como accionistas a Sonangol, Banco Atlântico, BCP e Finibanco. Situa-se entre o Porto de Luanda e estende-se até à Ilha do Cabo e à Fortaleza, comportando espaços para restauração, comércio, habitação e serviços, bem como edifícios de escritórios e hotéis.



ADVOGADO DIZ QUE PROCESSO PODE SER ANULADO

Manuel Vicente acusado em Portugal

O advogado do vice-presidente da República, Rui Patrício, considerou, na passada quinta-feira, que o processo que levou a uma acusação contra Manuel Vicente por parte da Procuradoria-geral portuguesa, por corrupção activa, poderá ser declarado nulo, sendo que, segundo declara, o seu cliente "nunca foi sequer ouvido".

Esse pressuposto, segundo o representante legal de Manuel Vicente que à data dos factos era presidente da Sonangol, "constitui obrigação processual fundamental, cuja viola-

ção, bem como a violação de outras regras aplicáveis ao caso, é grave e séria e invalida o processo".

Na passada quinta-feira, a Procuradoria-geral da República portuguesa anunciou que Manuel Vicente será "notificado do despacho de acusação através de carta rogatória dirigida às autoridades angolanas".

Aquele órgão da justiça portuguesa acusa o governante angolano pelo crime de corrupção activa em relação ao antigo procurador do Ministério Público,

Orlando Figueira. A instituição reforça, em comunicado, que "Manuel Vicente é suspeito de ter pago 760 mil euros ao então magistrado para obter decisões favoráveis em dois inquéritos".

Manuel Vicente foi também acusado de branqueamento de capitais e falsificação de documentos. Já Orlando Figueira, além de corrupção, foi ainda acusado de um crime de branqueamento de capitais, outro de violação do segredo de justiça e um último de falsificação de documento.



IMOBILIÁRIO

Preço de escritórios cai 20%

O preço médio para alugar um escritório, em Luanda, voltou a cair em 2016, cerca de 20%, tendência que se regista ainda nas vendas, bem como no arrendamento, devido à crise em Angola, conclui um estudo da Proprime, empresa que opera no sector imobiliário, divulgado na passada sexta-feira.

De acordo com o estudo, citado pela Lusa, a "absorção de escritórios em Luanda é cada vez mais lenta, em resultado da menor actividade económica e de um abrandamento nos planos de investimento das empresas estrangeiras".

Em Luanda, esta conjuntura levou a uma descida de 20% entre 2015 e 2016 nas rendas médias para aluguer de escritórios, passando para os 80 dólares por cada metro quadrado. Também os preços médios de venda dos escritórios caíram, recuando 10%, para os 6.400 dólares por metro quadrado, indica o relatório "Flash - Mercado Imobiliário Angola 2016".

O VALOR ESTA SEMANA

TELECOMUNICAÇÕES

60% do Angosat em Angola

A Infrasat, unidade de negócio da Angola-Telecom, pretende comercializar 60% da capacidade instalada do satélite Angosat 1 no mercado nacional, devendo o restante do sinal de telecomunicações ser absorvido pelos países da região. A empresa já tem em preparação pacotes de pré-vendas do sinal. **Pág. 19**



SISTEMA RODOVIÁRIO

Obras do BRT 'penduradas'

As obras do novo sistema de Trânsito Rápido de Autocarros, tecnicamente conhecido por BRT, estão paralisadas desde o primeiro trimestre do ano passado, constatou o VALOR. A fase experimental do projecto tinha o arranque previsto para 2013. O Ministério da Construção não avança a data certa para o reatamento das empreitadas. **Pág. 12**

INDEMNIZAÇÕES

Ensa paga 2,6 milhões USD

O volume das indemnizações da Ensa com o seguro de vida, em 2016, atingiu valores acima dos 2,6 milhões de dólares, o que representou um incremento de 8,3%, comparativamente ao ano anterior, anunciou a administração da empresa, realçando que, em 2015, o valor das compensações rondaram os 2,4 milhões de dólares. **Pág. 18**